Mensal| Setembro 2019 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 245

SOLIDARIEDADE

Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

MINISTRO VIEIRA DA SILVA NA HORA DA DESPEDIDA

O que vou fazer? Não tenho nada preparado.

LEGISLATIVAS 2019

As propostas dos partidos políticos a pensar nas questões sociais

PORTO

CNIS promoveu reflexão sobre empresas sociais

LISBOA

Noor'Fatima nasceu da vontade de ajudar os outros

BEJA

CASCB anda há 20 anos a apoiar idosos no domicílio

Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/2004/DCN
Mensário da CNIS

José Leirião
Membro da CNIS

Regresso ao Estado Social na União Europeia

Em boa hora, a presidência Finlandesa da UE para o período 1 de Julho a 31 de Dezembro 2019 adoptou como objectivo principal, desenvolver uma estratégia para o regresso ao estado do wellbeing (Estado Social) na União Europeia e prosseguir os valores do progresso económico, social e ambiental.

Como sabemos, desde o início do processo da globalização (mais acentuada no fim anos 90) a UE entrou numa encruzilhada tendo sido evidente que as Comissões Santer e Mário Monti (1995-99 e 1999-2004) Barroso, (2004-8 e 2009-14) preparam mal a resposta europeia aos desafios da globalização conduzindo a uma desastrosa deslocalização de milhares de empresas para os países asiáticos (principalmente China) que teve com consequência um elevado desemprego, pobreza e exclusão social, esta situação agravou-se substancialmente com a crise económica- financeira-social (2008-11). Em 2015 existiam na EU 118 milhões de pobres (23.7% do total da população), criando também um crescente aumento na desigualdade de rendimentos que não pára de aumentar desde então. Entretanto em 2013 a Comissão publica a chamada "estratégia 2020" com objectivos a atingir até 2020 nas várias dimensões económica, social, ambiental, no que respeita aos números da pobreza o objectivo é reduzir em 20 milhões.

Esta situação conduziu a que muitos milhões de europeus pensarem que os vários pilares do contracto social (garantia de paz e bem estar social) que manteve a Europa unida desde a 2ª grande guerra, esse contracto não tem sido cumprido desde o início deste século, levando a que os jovens reduzam a expectactiva de terem uma vida melhor que a dos seus pais. De acordo com o Eurobarómetro em 2018, quase 75% dos europeus esperavam que a sua situação económica permanecesse na mesma ou se deteriorasse durante o próximo ano (2019).

Para reganhar a confiança dos europeus, a nova Comissão deve incluir no centro da sua agenda as medidas adequadas no sentido da construção de um novo estado social no qual **a UE deve investir nas gerações actual e futura (por exemplo: evitando a pobreza juvenil, e uma politica de pleno emprego (pressupõe taxa desemprego de 3%) antes de essas gerações necessitarem de ajuda e não um estado social, como até agora, mais centrado apenas para proteger os reformados, desempregados e excluídos.**

A política de investimento social deve abranger todos (mulheres e homens em que todos os membros da família tenham oportunidades de trabalho) contribuindo assim para um rendimento familiar mais elevado. Trata-se de um edifício de construção difícil, mas, conforme **alguém inteligente disse um dia "o mais difícil é sempre o mais importante".**

Para ajudar a construir este edifício **é necessário mudar algumas regras do "pacto de estabilidade e crescimento"** que impedem o investimento público adequado (veja-se no caso português as restrições ao investimento público na saúde e educação, para satisfazer as regras do "deficit orçamental").

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais é um bom legado da Comissão Junker para ajudar nessa transformação. A grande questão é como financiar os vinte objectivos do Pilar. É um desafio que esperamos a nova Comissão de Ursula Leyen consiga concretizar.

FUNDO DE RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO

Estão designados os novos membros do Conselho de Gestão

No passado dia 14 de agosto, foi publicado em Diário da República a nova composição do Conselho de Gestão do Fundo de Restruturação do Sector Solidário (FRSS), composta por um presidente, um vice-presidente e seis vogais.

Assim, foram designados: Teresa Maria da Silva Fernandes, como representante do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que preside ao órgão e tendo como membro suplente Ana Margarida Magalhães Vasques; Noémia Silva Goulart, como representante do Instituto da Segurança Social (ISS), como vice-presidente do Conselho de Gestão, e ainda Sofia Borges Pereira, também do ISS, tendo como membros suplentes, respetivamente, Aida Maria Pereira da Costa e Elisabete Maria Rodrigues Mateus; José Cid Proença, em representação da Direção-Geral da Segurança Social, tendo por suplente Carla Maria Lopes Jorge.

Já por designação do Sector Social Solidário, integram ainda o Conselho de Gestão do FRSS: Eleutério Manuel Alves, pela CNIS, tendo por suplente Goreti Teixeira; Manuel Augusto Lopes de Lemos, pela União das Misericórdias Portuguesas, e António Paulo Salvado Lima Moreira como suplente; Luís Alberto Sá Silva, pela União das Mutualidades Portuguesas, e Luís Miranda (suplente); Rogério Manuel Dias Cação, pela CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, e Joaquim Ascensão Pequicho (suplente).

Recorde-se que o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário tem o objetivo de apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS e equiparadas, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados.

José Macário Correia
Membro da Direção da CNIS

IPSS e adaptação à mudança climática

Nos anos 80, com a aprovação pelas Nações Unidas do Relatório sobre Ambiente e Desenvolvimento, deu-se um impulso político ao conceito de sustentabilidade. Pouco depois, em 1992, teve lugar no Rio de Janeiro a primeira Cimeira da Terra. Estes passos iniciais deram lugar a uma forte sucessão de acordos e tentativas de acordos internacionais sobre os problemas do ambiente e da energia à escala mundial.

Hoje, em especial com os fenómenos extremos de temperatura, com as chuvas torrenciais, com o degelo crescente, os factos são tão evidentes que já ninguém duvida que as emissões poluentes que nas últimas gerações foram lançadas para a atmosfera, bem como com os resíduos atirados aos mares e aos solos, iniciou-se um ciclo de destruição da natureza que inviabiliza a qualidade de vida das populações.

Urgem medidas políticas enérgicas e concertadas com todos os países e em todos os sectores de atividade, sob pena de nos estarmos a auto destruir.

As instituições de solidariedade não podem ficar alheias a este fenómeno. Temos por isso que traçar objetivos específicos, progressivos e muito firmes. Cientes de que temos que realizar investimentos, desejavelmente apoiados, de modo a que se reduzam as emissões e se fomente ao mesmo tempo o uso de energias renováveis nas atividades do nosso sector.

Temos entre outras medidas, que apontar nos seguintes temas:

- aproveitamento dos telhados e coberturas das nossas instalações para a produção de energia solar, seja para auto consumo ou para venda à rede.
- utilização progressiva de viaturas elétricas ou de outras de sistemas híbridos ou de baixas emissões.
- introdução de biomassa (estilhas de madeira e pellets) para aquecimento de piscinas, em especial nas valências que delas precisam no trabalho com deficientes entre outros.
- apostar na produção de alimentos de base vegetal, especialmente nos terrenos próprios de algumas instituições.
- aproveitar o sol para as águas de aquecimento, sem gastar combustíveis.
- apostar na melhoria do comportamento térmico dos edifícios e instalações.
- incrementar campanhas de plantação de árvores.
- substituir sistemas de iluminação de sódios e mercúrio para leds.
- assumir uma filosofia de economia circular nos fluxos das instituições, com reaproveitamento dos resíduos de umas atividades para matérias essenciais para outras.
- fazer a adequada separação para recolha seletiva dos resíduos não aproveitados na própria instituição.
-gerar por compostores orgânicos o aproveitamento dos sobrantes de cozinha

Mas para o êxito destas e de outras ideias temos que envolver os colaboradores nestes objetivos. Para tal há que motivá-los e dar-lhes a adequada formação.

Algumas destas medidas têm que ser apoiadas com incentivos por parte das entidades oficiais.

A fiscalidade que incide sobre estas atividades tem que ser revista e deve gerar incentivos pela positiva, o que atualmente não acontece.

As taxas de IVA sobre os consumos de energia ou sobre a aquisição de viaturas menos poluentes são exemplos a ponderar.

Deveria em cada instituição ser feito um ponto de situação das emissões atuais com um diagnóstico específico de como melhorar esse balanço progressivamente, com cálculos económicos, de redução de emissões e de mudança de comportamentos.

Poderíamos replicar os bons exemplos e premiar simbolicamente os mais audazes nos resultados obtidos.

Um futuro Compromisso de Cooperação com o Estado, talvez tenha de ter também o Ministério do Ambiente e o das Finanças como subscritores a assumirem em conjunto com as IPSS objetivos concretos e ajudando à sua concretização.

A Cooperação com o Estado no domínio da mudança climática suscita outras dimensões de compromisso, para além das clássicas matérias da ação social, da saúde e da educação.

A produção dos nossos serviços e os equipamentos e instalações que usamos têm que merecer uma reflexão profunda. Não nos podemos alhear de um problema que é de todos.

Os milhares de edifícios que temos, as dezenas de milhares de viaturas que gerimos e as toneladas de resíduos que produzimos devem ser matéria para repensar soluções à luz das mudanças em curso.

A solidariedade tem hoje uma dimensão cada vez mais transversal e a resolução das grandes questões ambientais implica com todos nós e com as nossas instituições também.

CONFERÊNCIA «EMPRESAS SOCIAIS E INOVAÇÃO»

Estar no mercado com competência para resolver problemas sociais

Perante um auditório completamente lotado, Paulo Pedroso, ex-secretário de Estado da Segurança Social e, atualmente, alto quadro do Banco Mundial, foi o orador convidado da Conferência «Empresas Sociais e Inovação», promovida pela CNIS, no passado dia 5 de setembro, na Fundação Manuel António da Mota, no Porto. Foi uma tarde de reflexão e algum debate, essencialmente em torno dos conceitos que enformam o universo das empresas sociais e que contou ainda com a participação de Américo Mendes, professor da Universidade Católica e um profundo estudioso da Economia Social.

Paulo Pedroso começou por fazer um enquadramento histórico, recuando até aos tempos da Revolução Industrial, a partir da qual as relações laborais e a produção de bens e serviços sofreu uma alteração radical e que, evolutivamente, nos trouxe até aos dias de hoje.

Face à nova realidade económica de finais do século XIX, uma questão se coloca: "Como produzimos bem-estar para a sociedade?".

Paulo Pedroso remeteu para a imagem de um triângulo cujos vértices são constituídos pela "empresa capitalista, que surge do interesse individual"; pelo "Estado e associações de interesse geral, que têm por objetivo a defesa do interesse geral"; e ainda pelas associações de interesse mútuo, aquelas em que as pessoas se organizam para defender os seus interesses".

Posto isto, Paulo Pedroso defendeu que "as empresas sociais podem sair de qualquer um destes grupos", considerando-as, por isso, um "híbrido", que nasce da "evolução institucional de diferentes formas de produzir bem-estar".

E o ex-governante sustentou que as empresas sociais são um "híbrido", porque tanto podem nascer da filantropia de um capitalista, como dos movimentos operário ou cooperativo ou ainda da Doutrina Social da Igreja".

Segundo Paulo Pedroso, "é neste quadro histórico que nascem a Economia Social e as empresas sociais", "algo que surge da prática e cujo conceito está, ainda hoje, em construção".

A esta altura, Paulo Pedroso avançou com uma primeira definição para empresa social, sustentando que é "toda e qualquer iniciativa que procure resolver um problema social pela via do mercado", sublinhando: "Empresa social tem que ter interesse, valor económico".

Ou seja, "se está no mercado, é empresa, mas só é social se servir para resolver um problema social", porque na génese da empresa social está "um impulso ético".

E este impulso pode ser "individual", como no caso de Bill Gates e a fundação que criou, ou "ideológico", como no caso das lojas de comércio justo.

Recorrendo às conclusões do trabalho académico de um grupo de professores belgas, Paulo Pedroso avançou com os "quatro modelos de empresas sociais" identificados pelos investigadores.

Desde logo, "as empresas sem fins lucrativos" que se dividem em três sub-modelos: aquela empresa cuja atividade serve para canalizar fundos para a instituição, ou seja, está no mercado e os proveitos vão, por exemplo, para uma IPSS; outra que labora na missão, isto é, uma instituição que tenha uma ERPI, mas que tenha também uma resposta residencial lucrativa; ou aquela empresa de inserção social de desfavorecidos.

Sobre este modelo, Paulo Pedroso considerou que "o valor gerado não é Economia Social", e que mais à frente na sessão recordaria para explicar que "quando uma IPSS entra no mercado deixa de poder reclamar benefícios face às empresas do mercado".

Aliás, ainda nessa fase de debate, e comentando uma afirmação de Américo Mendes – que disse que as organizações da Economia Social têm que ter em comum, entre outras, a característica "de ser dirigidas aos que ficaram fora da resposta do mercado", por exemplo, por falta de capacidade financeira –, Paulo Pedroso alertou para o facto de, "na área de serviço às pessoas, se for para servir apenas os excluídos, então, as instituições só devem servir os excluídos do mercado, mas estão a autolimitar-se".

E deu como exemplo a resposta de Pré-escolar, em que segundo esta «regra», as IPSS não poderiam acolher crianças de famílias não carenciadas. "É importante que as instituições não se autolimitem", asseverou.

Retomando a enumeração plasmada no estudo dos investigadores belgas, seguiu-se a "cooperativa social, que introduz a democracia na governação"; ainda os negócios sociais que não estão ligados a instituições sociais, algo que tem subjacente social no negócio que pratica em prol, por exemplo, da sustentabilidade ambiental"; e, por fim, as "empresas públicas de

carácter social, em Portugal um assunto tratado, e que talvez não seja bem visto pelas IPSS, pela via das empresas municipais, por exemplo, para gerir bairros sociais".

Para Paulo Pedroso, um orador dinâmico e cativante, essencial para uma empresa social "é estar no mercado com competência tendo um propósito social". E esta é uma ideia que alargou à outra temática da conferência, a Inovação, que considera ser o "resolver problemas sociais com competência no mercado".

De seguida, o ex-governante lembrou alguns riscos que se perfilam no caminho das empresas sociais.

Por um lado, é necessário haver "regulação do impulso ético", ou seja, erradicar aquelas empresas que servem apenas para esconder lucros, e, por outro, o risco que nasce de "a viabilidade económica da empresa social não depender das mesmas pessoas que tratam e resolvem os problemas sociais, porque há que dominar o mercado".

Por último, mas não menos importante, o risco de "haver a tentação de impulsionar demasiado as empresas sociais, cortando no Estado Social".

Ou seja, para Paulo Pedroso, o perigo reside na "evolução da prestação de serviços para o contrato de concessão", o que apelidou de "perigoso, porque as respostas sociais menos lucrativas ficam de fora".

E alertou com veemência: "Cuidado com a empresarialização social!".

Já a terminar a exposição, o orador lembrou aos presentes que "as associadas da CNIS não são por natureza empresas sociais, mas podem sê-lo, parcial ou totalmente", e voltou a afirmar que "as empresas sociais não são captáveis pelo conceito da Economia Social".

Já depois da intervenção de Américo Mendes, Paulo Pedroso assegurou à audiência que não faz parte "daqueles que pretendem, com pezinhos de lã, meter o liberalismo nas respostas sociais", considerando, depois, que "as empresas sociais têm grande inaplicabilidade em Portugal".

Na nossa realidade, "quem tem impulso ético, normalmente, não tem impulso para o negócio".

Rebuscando o resultado de um estudo feito em Hong Kong, e que havia apresentado na primeira parte da sessão, que identificava três características em comum do empreendedor social – ter estudos superiores; já ser empreendedor na vida empresarial; ter sentido altruísta –, Paulo Pedroso sustentou que "o perfil do português solidário não é o do empreendedor que andou de empresa em empresa e no final vai para uma IPSS".

Por tudo isto, "as empresas sociais têm potencial em Portugal, mas é limitado", concluiu.

Antes da fase de debate, Américo Mendes deu uma breve aula sobre Economia, como nota introdutória, mergulhando depois na área que mais estuda, a da Economia Social.

Aí, e avançando com dados para a construção da definição de organizações de Economia Social, o professor da Universidade Católica indicou que "devem ser entidades com personalidade jurídica", mas também não ter, pois não é condição «sine qua non»; "devem ser privadas, ou seja, emanadas da sociedade, e ainda ter formas de autogoverno".

Por outro lado, "devem ter em comum que a missão principal seja trabalhar para que as relações sejam mais solidárias; que haja propriedade comum, isto é, as grandes questões requerem decisões coletivas; e que que têm que produzir bens e serviços dirigidos aos que ficam fora da resposta do mercado e promovam a coesão social, que é um bem público".

Por fim, Américo Mendes acrescentou um elemento ao triângulo sugerido por Paulo Pedroso para explicar como se passou a produzir bem-estar após a Revolução Industrial.

"Há um conceito que, acho, transversal ao triângulo proposto e que atravessa os três vértices, que é o de comunidade. A comunidade é donde emergem as instituições da Economia Social".

Da plateia as principais preocupações colocadas prenderam-se com a falta de legislação específica e com a falta de solidariedade e subsidiariedade entre as instituições. Por outro lado, quis-se saber como é possível tornar a Economia Social mais atrativa ou se dar dimensão concelhia ou distrital às empresas sociais se não será mais vantajoso.

Em resposta a esta última questão, Paulo Pedroso foi perentório: "E por que não de dimensão nacional, através da CNIS, por exemplo…".

Na abertura da conferência, que teve moderação do padre José Baptista, da Direção da CNIS, o padre Lino Maia, depois de dar as boas-vindas, explicou que a sessão tinha o intuito de promover a reflexão de um tema cheio de atualidade para as IPSS, num tempo em que "há quatro grandes desafios no horizonte: o ordenamento do território; as mudanças climáticas; a natalidade; e o envelhecimento, porque é bom envelhecer, mas quanto mais idosas mais serviços as pessoas precisam".

Por isso, para o presidente da CNIS, as IPSS "precisam de inovar, porque são necessárias novas respostas para estes desafios que se desenham no horizonte, mas também é preciso inovar na gestão dos serviços".

E porque "os apoios vão escasseando e os serviços aumentando, é preciso inovar", sublinhou a fechar.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

NOOR'FATIMA VOLUNTARIADO, LISBOA

O nosso trabalho nas ruas é um movimento de amor

Aos 15 anos, em peregrinação a Meca, como todos os muçulmanos devem fazer, pelo menos, uma vez na vida, Nurjaha Tarmahomed sentiu a mistura que o mundo é, onde brancos, negros, asiáticos e demais cores de pele podem coexistir em harmonia. "Tem que haver é respeito", afirma, acrescentando: "Eu não vejo o mundo como uma competição, mas de mãos dadas". Por isso, criou a Noor'Fatima Voluntariado – Projetonur Associação, levando comida, roupa e outros produtos aos mais desfavorecidos.

Nurjaha Tarmahomed é uma portuguesa nascida em Moçambique, onde viveu os primeiros anos de vida. Já em Portugal, depois de uma vida empresarial de sucesso, deixou tudo e dedicou-se a ajudar quem mais precisa.

O momento de viragem foi a morte da mãe.

"A associação nasceu, verdadeiramente, quando a minha mãe faleceu há seis anos. Senti que o meu chão tinha ido a baixo, consciencializei-me que não tinha vindo para esta vida só para vestir bem, ganhar bem, estar em bons hotéis e em bons restaurantes, mas que tinha que dar algum contributo, tinha que me sentir válida para ter vindo a esta vida", afirma, acrescentando: "E também por agradecimento a tudo o que Deus nos deu e pela boa vida que me tinha proporcionado".

De fé islâmica, Nurjaha defende que, quando está em causa ajudar os que mais necessitam, "as religiões não são uma barreira".

"Por isso, esta associação nasce da vontade de ajudar. Já desde criança que faço voluntariado. É uma chama que sempre existiu desde que nasci e, sempre que tive oportunidade, fui desenvolvendo-a", conta, antes de relatar as experiências de voluntariado que fez após o falecimento da mãe e desligar-se dos negócios.

"Eu queria deixar-me estar um tempo comigo mesma. Então, inscrevi-me numa ONG e fui para Moçambique durante cinco semanas. Larguei aqui tudo, porque precisava de estar comigo e encontrar um novo sentido para a minha vida. E nessa ida para Moçambique, as primeiras semanas foram muito dolorosas", conta, revelando: "Eu nasci em Moçambique, mas ali vi pobreza da qual nunca me tinha apercebido. Na minha realidade, os mais carenciados eram os nossos empregados, mas nós não ligávamos a isso! E na missão foi quando me apercebi de que havia crianças, órfãs de pais que morreram com a SIDA, que estavam entregues a uma instituição ligada à igreja, que eram demasiado obedientes. Para mim, as crianças têm que correr, saltar, falar... Eu questionava-me por que eram eles tão obedientes. A ideia que eles tinham era que, sendo assim muito bem-comportados ao nos receberem na missão, em troca, receberiam donativos. Não! As crianças devem comportar-se como crianças e não terem que se portar bem para receberem um pão".

Estes choques com a realidade dos necessitados sucederam-se e foram criando uma, cada vez maior, convicção em Nurjaha: "Muitas das coisas que iam para lá como donativos eram vendidas, nem sequer lhes eram entregues. Senti choque em muitas situações, que provocaram confrontos interiores e que me reacendeu a chama da solidariedade. Então decidi que tinha que encontrar uma forma de ajudar quem mais precisa".

Quando regressou e estava prestes a embarcar noutra missão, agora para o Camboja, uma doença da filha impede a viagem.

"Então, o que é que faço agora?", perguntou-se.

Encetou aí uma busca por Lisboa onde pudesse fazer voluntariado.

"E há um dia em que vi uma igreja evangélica a dar sopa na rua e fui perguntar se me podia associar a eles. Eles aceitaram e logo na primeira noite, em que levei 100 sopas e 100 sandes, apercebo-me da grande quantidade de carenciados que há. Vi que havia muita fome e que eles comiam à nossa frente. Isso chocou-me", recorda, confessando: "E já no conforto da minha casa, as lágrimas não paravam de me escorrer pela cara abaixo. Então, pedi a Deus que me orientasse para eu ver o que podia fazer por aquelas pessoas e ajudá-las. Adormeci com essa dor. De manhã, mostrei no Facebook a realidade que tinha encontrado na noite anterior e diversas amigas comentaram que também gostariam de fazer voluntariado, perguntando como podiam fazer".

E através dessa ferramenta do século XXI, está lançada a semente do que viria a ser a Associação Noor'Fatima, cujo nome, em homenagem à mãe, significa «Luz de Fátima».

"Então, ali no Facebook, combinámos cada uma trazer 100 coisas e assim quase fazíamos um banquete. Começámos a ir para a rua

distribuir, sempre à quinta-feira, junto à tal igreja evangélica. Só que o meu grupo aumentou tanto que passou a «persona non grata» ali e quase nos convidaram a ir embora", lamenta.

É nesse momento que decide colocar as suas "competências empresariais ao serviço dos outros".

Inicialmente o grupo continuou a ir para a rua às quintas-feiras, "mas com a criação da associação abriram-se algumas portas, pois tanto a restauração, como os têxteis dão às associações, porque passam recibo", argumenta.

O sucesso da iniciativa foi tal que não parava de crescer o número de pessoas que queriam ir à rua e ajudar.

"Foi nessa altura que passámos a ir à rua, não só às quintas, mas também às sextas, depois aos sábados e agora já vamos todos os dias. Na primeira semana completa que fizemos, no final fizemos um jantar com todos os voluntários para que se conhecessem, pois eles não se conheciam por irem para a rua em dias diferentes. E passámos a ir para a rua todos os dias, porque as pessoas comem todos os dias, não comem apenas à quinta-feira", lembra, relevando o facto de, "apesar de não ter ajudas do Estado, até ao momento não tenho sentido falta de doações".

Desde o nascimento da Noor'Fatima Voluntariado, Nurjaha Tarmohamed tinha o sonho de abrir "um local onde aquelas pessoas pudessem comer à mesa e à hora das refeições".

E no dia 2 de setembro esse sonho concretizou-se com a abertura da Cantina Social Noor'Fatima, em Alfornelos.

Apesar desta nova resposta, "não deixa de haver carrinhas na rua, porque há pessoas que não querem deslocar-se a um qualquer lugar para comer", assegura e conta: "No entanto, há algum tempo que comecei a educá-los no sentido de que quando tivesse um espaço os conseguir levar até lá, onde teriam outras condições, continuando a ter o jantar e a levar o kit para o almoço do dia seguinte".

"Nova era, novo espaço, novo ensinamento", afirma, frisando que até aqui andaram e andarão pelo "Saldanha, Almirante Reis, Arroios, Martim Moniz e há outro grupo junto a Santa Apolónia", reunindo-se os diversos grupos no Rossio.

"Comecei a aperceber-me que, por exemplo, quando chegávamos ao Rossio, por volta das 10 da noite, os sem-abrigo estavam muito agitados, porque estão esfomeados. Por vezes, os voluntários queixavam-se que os sem-abrigo da Baixa eram muito ingratos e agressivos, mas eu dizia-lhes que tinham que compreender o que é a fome. Uma pessoa com fome não tem as melhores reações", sustenta.

A ação da Noor'Fatima começou por apoiar os sem-abrigo, mas começou a crescer.

"Para além da comida, apercebi-me que as pessoas necessitam muito de produtos de higiene e passámos a distribuir também. Com a chegada do inverno via que os cobertores, passado pouco tempo, já não estão em condições. Então, começámos a arranjar cobertores, luvas, meias, gorros e eles próprios, quando ainda têm, dizem que não precisam", conta, relatando como canalizou os excedentes: "Chegou mesmo uma altura em que os

donativos da restauração eram tantos que já nem sabíamos o que fazer a tanta comida. Quando fazia a recolha das 23h00, ficava com o carro cheio e não tinha destino para ela. Então, comecei a distribuir nas igrejas e nas mesquitas e sempre com grande adesão da restauração. Hoje, distribuímos cabazes por 45 famílias carenciadas. Felizmente, os donativos são crescentes, da restauração e até dos hotéis, e só é possível estar sempre disponível para tratar de os angariar e ir buscar, porque passei a dedicar a minha vida a isto, porque os voluntários têm a sua vida profissional e só vêm à noite para ajudar na distribuição".

Todos os dias, com início às 20h00 e final às 00h00, exceto um grupo à segunda-feira que acaba à 1h00, cerca de 100 voluntários, distribuídos por várias equipas, cada uma dirigida por um coordenador, com postos de apoio (Odivelas, Baixa e outros) onde os voluntários, caso necessitem de algo mais do que angariaram na recolha na restauração, podem ir buscar para dar aos que deles precisam.

Apesar da associação ter inspiração islâmica, "toda a gente pode entrar para voluntário e toda a gente pode receber o que distribuímos, independentemente da crença que tenha", defende, sublinhando: "Este impulso não teve nada que ver com religião, até a minha própria comunidade só soube o que eu andava a fazer muito mais tarde".

De referir que, através do Zakat (tributo religioso e o terceiro dos cinco pilares do Islão), os muçulmanos devem ajudar, com uma percentagem dos seus ganhos, outros muçulmanos.

"Porém, se a minha vida foi toda vivida com muçulmanos, mas também católicos e outros, porquê só ajudar os muçulmanos? Sempre tive uma visão mais alargada, até porque os meus filhos também andaram na escola com pessoas que não são muçulmanas... Eu cumpro com os cinco pilares da minha religião, mas sempre quis ir mais além. Não sabia como a minha comunidade e até a minha família iriam reagir, mas estava a seguir o meu coração e a minha vontade", conta, explicando: "Isso foi compreendido, até pelos líderes da comunidade, que me disseram estar a fazer um bom

trabalho, levando, de certa forma, a religião muçulmana à rua numa altura em que as pessoas pensam que os muçulmanos são todos jihadistas".

O lema da Noor'Fatima passa por distribuir sorrisos, abraços e uma palavra amiga, o que, "muitas vezes, é mais importante do que o dinheiro".

Nesse sentido quis, desde início, moldar os voluntários à sua imagem e "fazê-los sentir que isto é um movimento de amor, não é apenas para por fotos no Facebook", sustenta.

Quanto ao futuro: "Vejo um espaço enorme, com uma cozinha, uma mesa grande onde as pessoas possam comer, um espaço com roupas e onde poderá entrar quem quiser entrar, sem restrições".

O sonho de Nurjaha Tarmohamed é poder continuar a ajudar os desvalidos da vida, criando cada vez melhores condições para os acolher e não apenas ir ao seu encontro nas ruas. Insh'Allah (Se Deus quiser)!

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PROGRAMAS ELEITORAIS – LEGISLATIVAS 2019

Preocupações semelhantes, propostas para todos os gostos

Dia 6 de outubro há Eleições Legislativas, através das quais os portugueses definirão o espectro parlamentar do qual sairá o próximo Governo da República. Ocupando o Sector Social Solidário uma posição central e sendo transversal à sociedade portuguesa, todas as questões da governação acabam por, direta ou indiretamente, afetar a vida das IPSS. É por isso que toda e qualquer questão que conste dos programas eleitorais dos diferentes partidos – e nesta eleição há 21 forças partidárias a votos – deve interessar o universo das instituições sociais. Aqui ficam só algumas das medidas propostas pelos partidos com representação parlamentar e que mais diretamente respeitam às IPSS.

Face às centenas de páginas que cada um dos programas eleitorais dos partidos a eleições, no espaço que o Solidariedade dispõe, vamos tentar resumir as propostas dos seis partidos com representação parlamentar nas matérias que mais diretamente dizem respeito ao Sector Social Solidário. São estes os dois únicos critérios, pelo que seguramente muita coisa ficará de fora. No entanto, todos os programas estão disponíveis nos sites dos respetivos partidos e basta uma consulta.

O presidente da CNIS afirmou, recentemente, que "no horizonte das IPSS desenham-se quatro grandes desafios: natalidade, ordenamento do território, alterações climáticas e envelhecimento".

Todos os seis partidos com assento na Assembleia da República dedicam espaço e medidas concretas que pretendem implementar, caso sejam Governo, a estas áreas identificadas pelo padre Lino Maia, todos com preocupações em termos de coesão social e territorial e com a degradação do ambiente, que tem que ser travada decisivamente.

Mas vamos partido a partido, seguindo o critério do número de deputados na atual constituição do Parlamento.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD) – No que respeita à natalidade, o PSD propõe, entre outras medidas, "reformular o abono de família pré-natal, alargando a base de beneficiários", "rever os escalões de atribuição do abono de família" e "alargar a licença parental de 20 para 26 semanas a partir do segundo filho".

Já para "garantir o acesso a uma Educação de qualidade, desde a primeira infância", o partido de Rui Rio avança, entre outras, com as propostas de "universalização da creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, nas redes social e pública, através da criação de uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos" e ainda a criação de um "programa de incentivos ao estabelecimento de creches e jardins de infância por parte das autarquias, das IPSS e das empresas ou associações de empresas, com recurso a fundos comunitários para construção e reabilitação de berçários, creches e infantários".

Face aos desafios do envelhecimento, os social-democratas empenham-se em privilegiar "um novo tipo de serviço de apoio domiciliário que vá além das componentes básicas de apoio" e em estudar "novas formas de habitação coletiva como as de «cohousing».

Intitulado «Primeiro Portugal», o programa eleitoral do PSD refere em várias passagens as IPSS como elemento com que contam na sua política social.

PARTIDO SOCIALISTA (PS) – O partido que governa atualmente, para "criar melhores condições para a natalidade e parentalidade na renovação de gerações", propõe, entre outras medidas, "aumentar as deduções fiscais, no IRS, em função do número de filhos (sem diferenciar os filhos em função do rendimento dos pais)", "criar o complemento-creche, atribuindo a todos os portugueses que tenham filhos nas creches um valor garantido e universal" e "promover, em parceria e com o envolvimento de diferentes atores, incluindo os municípios, um programa de alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para

a infância e com especial incidência nas áreas metropolitanas".

Já para "assegurar um envelhecimento ativo e digno", os socialistas querem "adaptar a Segurança Social aos desafios do envelhecimento. Para isso, propõem "definir um plano de ação para o envelhecimento populacional" ou "aprovar uma estratégia nacional de combate à solidão", entre diversas medidas que constam no programa intitulado «Fazer ainda Mais e Melhor».

Por outro lado, para "garantir a qualidade de vida na terceira idade: por um envelhecimento saudável", o PS chama pelas IPSS: "Reforçar as respostas de cuidados continuados, em articulação com o Sector Social".

BLOCO DE ESQUERDA (BE) – Olhando às propostas do Bloco de uma forma mais genérica, para conseguir "uma Segurança Social forte e solidária" o partido avança no seu programa «Faz Acontecer», entre outras, com as seguintes medidas: "Eliminar o corte resultante do fator de Sustentabilidade"; "alargamento do acesso ao Complemento Solidário para Idosos (CSI)"; ou "Reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados, designadamente na vertente de apoio domiciliário, mudando a fórmula de pagamento da vertente social. Criação de uma rede pública de Estruturas Residenciais para Idosos e criação de uma rede de Gabinetes Locais de Apoio aos e às Seniores".

Por outro lado, o BE quer "Garantir que o modelo de acompanhamento dos protocolos de cooperação com as IPSS garante a prossecução de princípios de política pública e a observância do critério de subsidiariedade do Estado, desde logo as que visam a transparência e a justiça na seleção dos e das utentes, permitindo também a diversificação das respostas e dos seus modelos. Neste âmbito, deve ser possível, por via da ação social, ensaiar medidas e projetos que os formatos existentes não preveem. Em algumas áreas de cooperação, o Estado deve retomar a gestão de equipamentos e respostas (caso de alguns Lares de Infância e Juventude). Deve ser garantida a inspeção regular das Estruturas Residenciais Para Idosos e Idosas (lares) e centros de dia".

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU) – A coligação entre o PCP e Os Verdes (PEV) propõe para o país um conjunto de medidas que apelidou de «Medidas Urgentes – Concretas, Necessárias, Possíveis».

Nesse documento avança com a medida "Creche para todas as crianças": "Creche gratuita, ou soluções equiparadas, para todas as crianças até aos 3 anos", "assegurando soluções transitórias até à implementação de uma rede pública que garanta a cobertura integral a todas as crianças até aos 3 anos".

Já no sentido do "reforço da rede de cuidados continuados", comunistas e verdes consideram que é necessário o "crescimento do número de Unidades de Internamento e o reforço do número de Equipas Comunitárias de Suporte" e ainda o "reforço dos meios para apoio domiciliário e aos cuidadores informais".

Por outro lado, o aumento dos salários e das reformas, com especial enfoque no aumento do salário mínimo nacional para os 850 euros, são propostas estruturantes para a CDU, todas elas com implicação na vida das instituições.

CDS - PARTIDO POPULAR – «Votar no CDS Faz Sentido» é o título de um programa que no capítulo "Condições para construir um projeto de vida em família" elenca uma série de propostas e afirma que "o Estado não pode ser um obstáculo".

Assim, na educação, os populares propõem "a revolução que constitui institucionalizar a liberdade de escolha dos pais em relação à escola que pretendem para os seus filhos"; na saúde, pretende apostar na rede dos médicos de família e na humanização do atendimento e nos cuidados paliativos"; e, na solidariedade, quer avançar para "a parceria com o Sector Social e com as IPSS".

Por fim, algumas das várias medidas sugeridas pelo CDS-PP: "Um ambiente fiscal que leve em conta as necessidades e a dimensão das famílias"; "licenças parentais alargadas e flexibilizadas entre os membros da família"; "uma rede de serviços, desde a creche ao ATL, que responda às necessidades das famílias"; "uma rede de apoio a todos os que, por várias razões, têm de cuidar da sua família"; ou ainda implementar "políticas públicas consequentes para o envelhecimento ativo".

Os populares pretendem "universalizar a educação pré-escolar", tornando "obrigatória a educação pré-escolar para todas as crianças que completem os cinco anos de idade", e lançam um desafio: "Se há disponibilidade nas creches privadas, não há por que esperar por vaga na rede pública ou solidária".

PESSOAS, ANIMAIS E NATUREZA (PAN) – O partido que se estreou na Assembleia da República na presente legislatura tem, como é sabido, como grande prioridade programática a defesa dos animais e do meio ambiente. Mesmo assim, não deixa de refletir e fazer propostas sobre as demais temáticas que envolvem a governação de uma sociedade.

Assim, às áreas que mais respeitam às IPSS, o PAN propõe, no âmbito do combate à pobreza, a formação de "um grupo de trabalho transversal aos diversos Ministérios e a diversas organizações, incluindo as da sociedade civil, para estudo e conhecimento da pobreza em Portugal", "lançar uma Estratégia Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza e da Exclusão Social", "revalorizar o montante do Indexante de Apoios Sociais (IAS), garantindo o aumento das prestações sociais" e "valorizar as reformas e pensões como condição necessária ao combate à pobreza entre idosos", entre outras medidas.

De alguma forma pioneira é a proposta de "criar a Secretaria de Estado para a Terceira Idade", enquanto para a infância e juventude, o PAN sugere, entre outras medidas: "Criar o Observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens" ou "reforçar a fiscalização levada a cabo pela Segurança Social, por forma a garantir o cumprimento por parte das instituições que fazem o acolhimento de crianças e jovens, dos requisitos legais aplicáveis".

Às Eleições Legislativas 2019, a realizar dia 6 de outubro, irá concorrer um número recorde de formações partidárias, 21 no total.

A saber: PSD, PS, BE, CDU, CDS-PP e PAN, partidos com representação parlamentar, e ainda Aliança, RIR, Chega, Iniciativa Liberal, PNR, PURP, MAS, PDR, PTP, PCTP-MRPP, Livre, PPM, MPT, JPP e Nós, Cidadãos!.

DOIS ANOS SEM TRANSFERÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS DO OE

Excedente da Segurança Social aumentou 317 milhões

O excedente da Segurança Social aumentou 317 milhões de euros para 2.082 milhões de euros até junho, em termos homólogos, beneficiando da recuperação do mercado de emprego, indicou o Conselho de Finanças Públicas (CFP).

No seu relatório sobre a evolução orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral e Aposentações no primeiro semestre de 2019, o CFP indica que o excedente registado (retirando o impacto das operações do Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas) resulta "da evolução favorável da receita, que aumentou 877 milhões de euros face ao mesmo período de 2018, traduzindo maioritariamente a evolução das contribuições e quotizações, das transferências do OE [Orçamento do Estado] e das receitas de IVA social".

O CFP assinala que esta situação financeira da Segurança Social foi alcançada sem ter beneficiado de qualquer transferência extraordinária do Orçamento do Estado, ao contrário do que sucedeu entre 2012 e 2017. Trata-se do segundo ano consecutivo em que tal se verifica.

Do lado das receitas destaca-se o crescimento de 8,6% (mais 681 milhões de euros) das contribuições e quotizações, com o CFP a referir que "a evolução positiva das contribuições reflete a melhoria das condições do mercado de trabalho, as medidas de combate à fraude, o controlo das declarações de remunerações, o aumento da retribuição mínima mensal garantida e as alterações introduzidas no regime dos trabalhadores independentes".

Neste primeiro semestre de 2019, a despesa da Segurança Social, excluindo as despesas com suporte no FSE e FEAC, cresceu 5,1% (ou 560 milhões de euros), valor que se situa abaixo da previsão constante do orçamento da Segurança Social que aponta para um crescimento da despesa de 7,1% em 2019.

As pensões foram atualizadas em janeiro de 2019 sendo que, este ano, este foi também o mês para o aumento extraordinário até 10 e seis euros para as pensões de valor mais baixo, enquanto nos dois anos anteriores esse aumento extra ocorreu em agosto.

Segundo o CFP, a despesa com pensões teve um aumento homólogo de 5,2% (337 milhões de euros) sendo que esta evolução "reflete essencialmente a atualização do valor das pensões, uma vez que número médio de pensões apresenta um ligeiro decréscimo (-0,1%)".

Entretanto, a Segurança Social continua sem receber 172,3 milhões de euros do Adicional ao IMI relativos à diferença entre a receita deste imposto em 2017 e 2018 e os 100 milhões de euros transferidos, indica o Conselho de Finanças Públicas.

No seu relatório sobre a evolução orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) até junho de 2019, hoje divulgado, o Conselho de Finanças Públicas (CFP) volta a alertar para a questão do Adicional ao IMI, sublinhando que a situação permanecia no final de junho sem alterações face ao que já tinha sido detetado no final do ano passado.

"O valor do adicional ao IMI inscrito no OSS/2019 [Orçamento da Segurança Social para 2019] permanece inalterado face aos anos de 2017 e 2018 [em 50 milhões de euros em cada ano], apesar de nestes dois últimos anos o valor cobrado se ter cifrado em 137 milhões de euros e 135,3 milhões de euros, respetivamente", refere o relatório.

O CFP conclui, assim, que, "de acordo com a execução mensal disponibilizada pela Segurança Social, até junho de 2019, continua por transferir o remanescente dos montantes cobrados relativos ao adicional do IMI de 85,3 milhões de euros e 87 milhões de euros referentes a 2017 e 2018".

O Adicional ao IMI foi criado em 2017 e constitui uma das novas fontes de receita da Segurança Social, sendo consignada ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (IGFSS).

Questionado na sequência do primeiro alerta do CFP, Mário Centeno afirmou que "essas transferências estão previstas no Orçamento do Estado e vão obviamente acontecer".

VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE, E SEGURANÇA SOCIAL

Um dos problemas do sector social é o menor contributo das famílias para a sustentabilidade das instituições

José António Vieira da Silva nasceu na Marinha Grande, em 1953. É licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia. Foi Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional, entre 2009 e 2011. Foi Ministro do Trabalho e Solidariedade Social no XVII Governo Constitucional, entre 2005 e 2009. Foi Deputado à Assembleia da República entre 2002 e 2005. Foi Secretário de Estado da Segurança Social, entre 1999 e 2001, e Secretário de Estado das Obras Públicas, entre 2001 e 2002, no XIV Governo Constitucional. Foi Adjunto do Ministro da Solidariedade e Segurança Social (1995), Diretor-geral do Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1996-1997) e Diretor-geral do Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1997-1999). Vieira da Silva decidiu, aos 66 anos, colocar um ponto final na carreira política. Por isso, esta entrevista.

Decidiu por um ponto final na sua carreira política. Tem 66 anos. Isso tem que ver com a idade de reforma?

Também tem a ver com isso. Quando se toma uma decisão desta natureza há muitos fatores a ter em conta. A idade é um deles. Não há nada que consiga ultrapassar a dinâmica do tempo. Não é por me sentir incapaz de continuar. Acho que tudo na vida tem um tempo e o meu, aqui, já foi longo. Já estava previsto, tinha falado com o primeiro-ministro há uns tempos, em não continuar em funções executivas e fazia sentido que essa decisão fosse acompanhada com o abandono da primeira linha da atividade política.

Cansaço político?

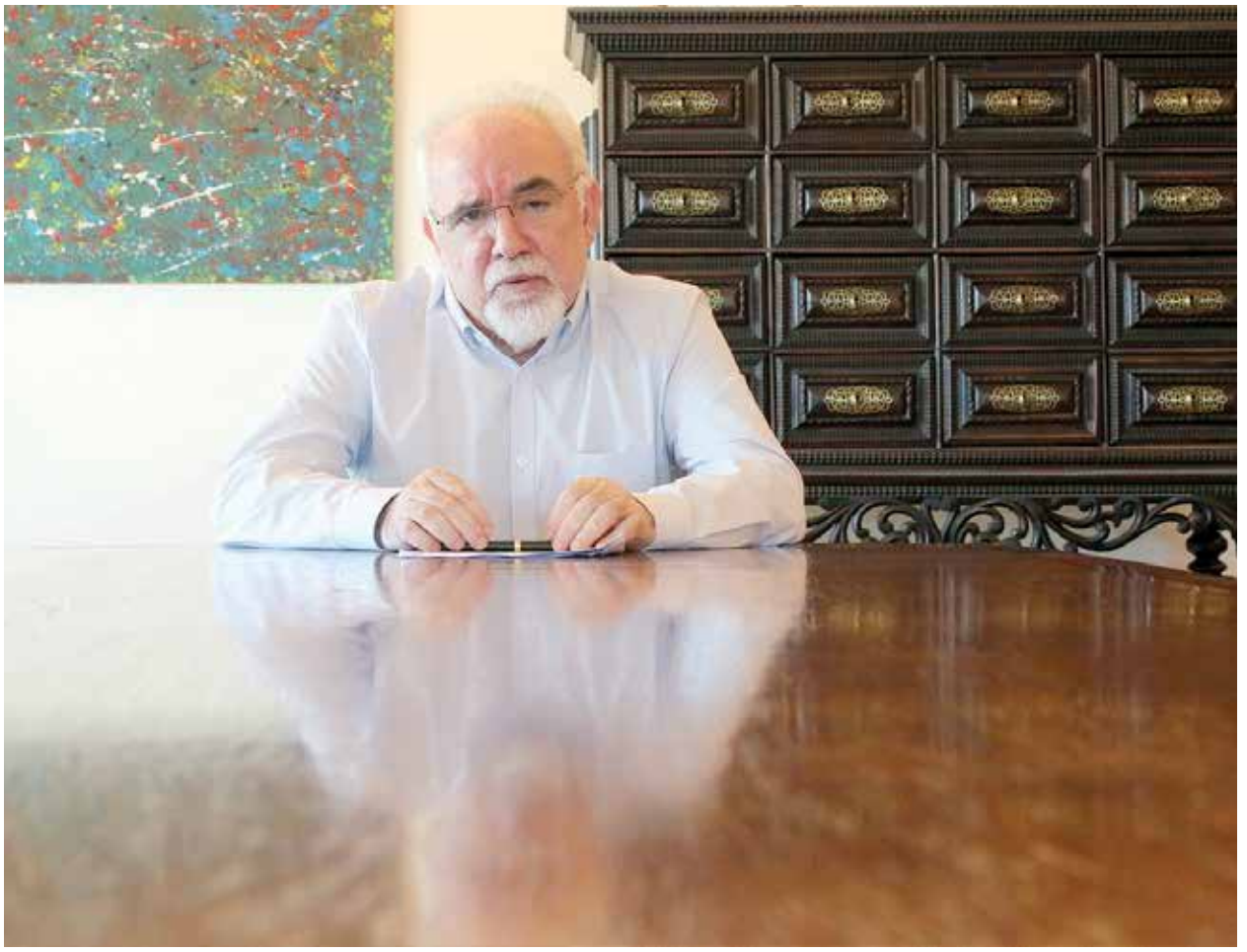
Não. Ninguém está nestas funções se não gostar de as exercer. Para mim, nestas funções, tem que haver sempre uma forte componente de compromisso e nunca o considerar como emprego. Se a minha decisão fosse continuar obviamente que conseguia manter o nível de empenho e compromisso. Mas, nestas funções o tempo conta e a renovação é um aspeto que deve ser valorizado.

E agora como vai ser o seu envelhecimento ativo?

Nunca programei muito o meu futuro. Não quer dizer que não pense nisso. Mas para já dedico-me intensamente, até ao fim das minhas funções, no que tenho que fazer. Atingi a idade da reforma, não tenho nenhuma subvenção vitalícia, estou em condições de passar para essa outra fase da minha vida. O que vou fazer? Não tenho nada preparado.

Há pessoas que escrevem livros nestas ocasiões...

Não sou de colecionar memórias.



Neste setor social foi o ministro mais tempo em funções. Deixa algumas marcas importantes no trabalho, segurança social e solidariedade...

E muitas placas espalhadas por todo o país com o meu nome (risos). Não estive aqui com esta pasta, cerca de oito anos e meio, em dois momentos, só para ocupar o lugar. Tomei decisões, ajudei a tomar decisões e fui ajudado a tomar decisões em aspetos importantes. Fizemos mudanças significativas.

O que sublinha do mais importante que fez?

Devo dizer que não acredito em reformas fundadoras ou reformadores. Acredito mais na visão reformista. As sociedades têm normalmente má lembrança desse tipo de opções. Participei em decisões que foram importantes. No domínio da concertação social nós tivemos nestes anos uma grande intervenção. O salário mínimo, o novo código do trabalho, a nova lei de bases da segurança social, com conteúdos que ainda hoje são

marcantes. Algumas decisões foram tomadas no domínio da ação social, nomeadamente o alargamento da rede de equipamentos, uma aposta muito forte da anterior legislatura, com o programa PARES. O lançamento de novas prestações sociais, como foi o complemento solidário ou a prestação para as pessoas com deficiência, uma mudança profunda nas licenças parentais, a criação do abono pré-natal... foram tantas que até seria fastidioso, e porventura imodesto, estar aqui a enumerá-las.

Curiosamente não fala na sustentabilidade da segurança social...

A reforma da segurança social teve como grande consequência a sustentabilidade. Isso foi em 2006/2007. Foi introduzida a alteração da fórmula de cálculo das pensões, o fator de sustentabilidade, que foi um pouco pervertido depois... A sustentabilidade é um fator fundamental, mas tenho sempre dito que procuro olhar para isso em diversas dimensões. A sociedade tem que se rever nos valores de proteção social; tem que garantir níveis de equidade e de bem-estar que tornem o esforço social compreensível; tem que fomentar a sociedade económica, de maneira a que seja competitiva. A preocupação ao longo destas duas décadas em que participei nestas políticas, entrei há cerca de 20 anos, foi sempre de conciliar todas as dimensões. Criaram-se novas prestações sociais, regras de atualização de pensões, fizeram-se os primeiros acordos para o salário mínimo, são coisas articuladas.

A questão demográfica tem corrido mal...

É um tema polémico. Os grandes movimentos que influenciam a demografia podem ter respostas no plano das políticas sociais, mas são respostas sem dimensão estruturante. A economia pode não apresentar resultados e gerar movimentos migratórios ou apresentar resultados e isso também gerar movimentos migratórios. Nós hoje temos ao ano dezenas de milhares de estrangeiros que vêm trabalhar para Portugal, quando até há pouco tempo eram 100 mil a sair, e isso não se deve aos sistemas de proteção social. Mas há dimensões que devem ser alvo de políticas públicas. A quebra da natalidade é estrutural, mas o seu agravamento pode e deve ser alvo de políticas públicas. Reforçando os apoios à família, garantindo mais estabilidade no emprego, alterar a legislação laboral, a habitação...

E além disso a esperança de vida também vai aumentando...

Isso é uma coisa boa. Se não houvesse essa tendência provavelmente não me estariam a entrevistar... (risos). É um desafio importante. O aumento da esperança de vida é um sinal de que as pessoas também têm maior capacidade e disponibilidade de permanecer ativas. A sociedade tem que criar condições para isso e nem sempre o faz.

Mas cria problemas. Muita gente pensa que quando chegar à idade da reforma não vai haver dinheiro para pagar as pensões...

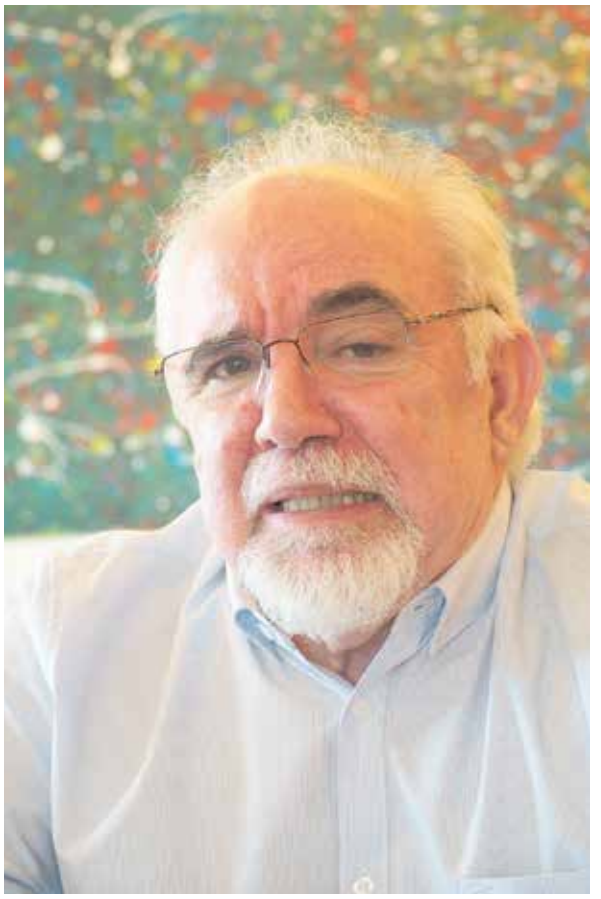
Quando me perguntam isso eu costumo responder que já me tinham perguntado isso há 20 anos. Continuamos a pagar pensões e de valor mais elevado. Uma abordagem séria do problema não é considerar a falência do sistema. A economia portuguesa não desaparecerá, o emprego também não, não deixará de haver contribuições, não deixará de haver receitas. O problema é saber se temos receitas suficientes. O sistema tem garantias sólidas. Se houvesse um colapso da segurança social então já teria havido o colapso de muitos outros sistemas públicos e privados. Temos que ir fazendo ajustamentos para compensar o ritmo dos recursos que temos. Para que suba ao mesmo ritmo das necessidades que nas próximas décadas vão crescer. Parte da população com idade da reforma será maior. E a dos ativos será menor. Consoante a evolução demográfica ir-se-á corrigindo. Há um período, aí por volta das décadas de 30/40 deste século, em que as dificuldades vão ser maiores. Por isso vale a pena pensar num reforço das garantias de sustentabilidade. Tem sido feito. O fundo de estabilização tem ultrapassado os máximos históricos com muita frequência. É uma almofada de segurança para utilizar quando o desequilíbrio entre ativos e inativos for mais relevante. Garantir o equilíbrio não é fácil, mas não é impossível. É coletivamente que tratamos destes problemas. O grande debate que há é sobre o modelo. Entregamos isto a cada um para tratar da sua vida ou assentamos a racionalidade numa lógica de solidariedade dentro das gerações e entre as gerações? Eu não tenho dúvidas.

É aí que entra a idealogia...

É claro. É um dos aspetos em que mais se expressa a diferença entre as abordagens mais conservadoras e as de esquerda. Elas existem. Há formas de olhar para a sociedade mais centradas no indivíduo e outras centradas na ligação entre o individual e o coletivo. Mesmo opções doutrinárias mais à direita no domínio da proteção social, em muitos países, não põem em causa esta dimensão solidária. Faz parte de um consenso alargado. Quando chegam ao governo percebem que há um veto político dos próprios eleitores contra um desmembramento da dimensão solidária, na proteção social, educação ou saúde. Muitos chegam ao poder com a intenção de mudar tudo, mas cedo percebem que na prática não é exequível.

No designado sector social foi um agente do seu reforço. Recentemente foi assinado mais um acordo de cooperação. Julga que entre o Estado e o sector está estruturada e estabilizada a relação?

Não está concluída. A existência de um sector social ou terceiro sector na nossa economia tem raízes muito profundas, históricas, económicas e políticas. Não é fácil concretizar uma alternativa. Há quem defenda a lógica de privatização das funções sociais ou a lógica da estatização, mas também aqui existe um consenso generalizado na sociedade portuguesa sobre a natureza da importância deste setor. Para muitos é difícil encontrar uma definição pela positiva: não é Estado nem é mercado. A economia social e solidária tem a ver com a iniciativa de conjuntos de cidadãos, portanto, particular, que serve e persegue objetivos públicos. Distingue-se do setor público porque é de iniciativa particular e distingue-se do setor particular porque não é lucrativo, não busca a criação de excedentes em favor do grupo que toma a iniciativa. Os recursos que consegue gerar são para financiar a própria atividade. É uma realidade histórica no setor cooperativo e mutualista. Em Portugal



casou-se com uma tradição mais assistencialista que vem da intervenção religiosa, e depois combinou-se com uma dimensão pública na transformação da natureza dos seus objetivos numa lógica de direitos sociais. Isto dá uma solidez muito grande. A capacidade dos diferentes governos de ir avançando na solidificação desta relação, como foi o caso do último acordo, importante porque se avança na qualificação e na defesa de um conjunto de interesse e valores estratégicos, é a prova disso. Este acordo foi exigente, trabalhámos muito para o alcançar. Os acordos de cooperação, só na área da segurança social, vão representar este ano cerca de 1,5 mil milhões de euros. Em 20 anos, desde a assinatura do primeiro acordo, não há nenhuma despesa pública que tenha crescido com um ritmo destes. Foi a triplicação em termos reais dessa cooperação. Multiplicamos por três as respostas sociais que existiam no país. Há uma dificuldade em expressar esta realidade porque normalmente as análises que são feitas são importadas de outros setores. Por exemplo, se olharmos para as receitas, elas têm uma previsibilidade que é característica do sector.

A Conta Satélite do INE tenta tirar o retrato mas ainda lhe falta muita nitidez...

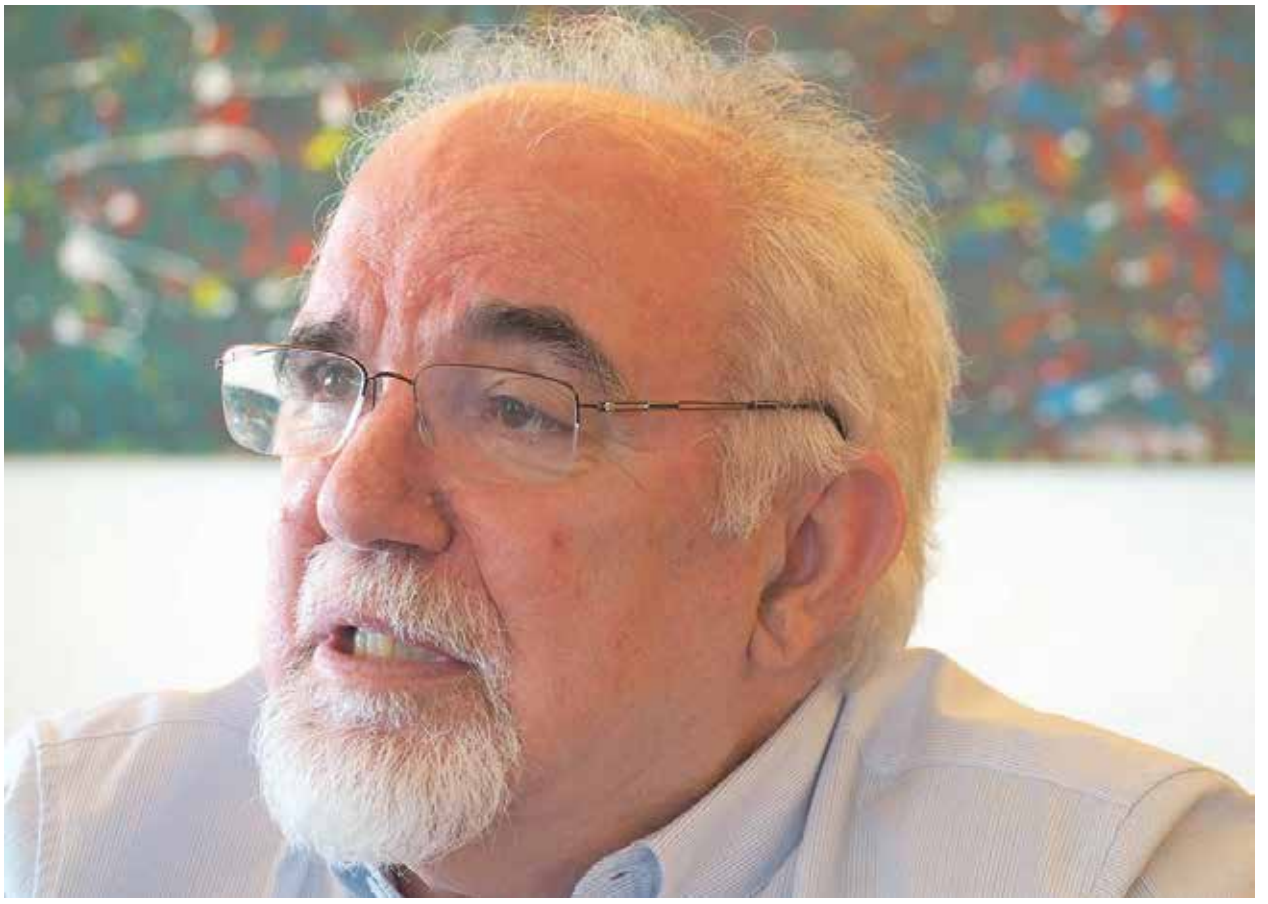
A Conta Satélite é sobre toda a Economia Social. Tenho esperança de que a criação da Confederação Portuguesa para a Economia Social, no ano passado, venha a ser parceira para fazer essa aproximação. Ler e olhar para a sustentabilidade dessas instituições implica uma grelha de análise que ainda não existe.

As instituições acham que o valor de atualização é sempre abaixo dos custos e, por vezes, há sectores da sociedade que olham para os 1,5 mil milhões e dizem que é demais... Este ano a atualização foi de 3,5 por cento.

Um dos grandes problemas do sector social foi principalmente o menor contributo das famílias

para a sustentabilidade das instituições. Houve quebras significativas nas comparticipações. O ritmo de recuperação tem sido lento. Mas nós não estamos a falar só das despesas dos acordos estamos a falar de alargamento. Fizemos um esforço grande nesse sentido. Não no investimento de novos equipamentos, mas nos acordos de cooperação para colocar o patamar num valor mais estabilizado. No final de 2019 estaremos com taxas de cobertura próximas das desejáveis. O que não quer dizer que não seja necessário modernizar e alargar a rede. Quando falamos que a despesa corrente com os acordos rondará os 1,5 mil milhões de euros é preciso perceber que são apoios a milhares de instituições e não há nenhuma delas que receba um por cento desse valor. Quando há algum problema com essas entidades o efeito é muito pequeno. As grandes instituições não recebem mais do que 3 ou 4 milhões por ano.

Isto é uma garantia. As falhas, que existem, serão sempre marginais. As verbas que recebem não são subsídios são acordos com base em valores estudados e fixados previamente com base em frequências e utentes. E há estudos que dão conta que estas entidades cobrem a maioria das freguesias portuguesas. Não há nenhum outro setor que o faça.



Há um estudo da CNIS que revelou que, ao contrário do que se pensa, a comparticipação do Estado para as instituições é de apenas 40%... Tem-se vindo a deteriorar a parte da cooperação pública?

Não tenho elementos para dizer isso e penso que o estudo também não o fundamenta. O estudo tem imensas qualidades, é pioneiro, mas não assegura a representatividade estatística da amostra trabalhada. A comparticipação do Estado depende muito da estrutura das valências. Nas que têm acolhimento de crianças e jovens é muito maior do que as que assentam na área dos idosos, por exemplo. Utilizar os rácios do mercado e transportá-los para o sector social tenho dúvidas que funcione. São úteis nas relações com os bancos, por exemplo, mas não servem para caracterizar as instituições.

Houve algum incumprimento de normas do anterior compromisso como a criação de grupos de trabalho, falta de reuniões da comissão nacional de cooperação. Este compromisso tem garantias de que será mais eficaz?

Nós vivemos em diálogo permanente. Há uma grande proximidade e contactos estreitos. É evidente que há aspetos que precisam de ser revistos. Nem sempre a nossa capacidade conjunta está devidamente preparada. Neste compromisso esse aspeto foi muito discutido para se avançar rapidamente em áreas como o apoio domiciliário, onde está prevista uma remodelação profunda, ou nas áreas ocupacionais, uma resposta desatualizada. Reconheço que há falta de dinamismo, mas a dimensão do sector e as necessidades a que é preciso dar respostas não facilitam. O Estado e o sector social vão nestes dois anos dar mais atenção à sua concretização. Recordo que o compromisso é interministerial o que o torna mais complexo. Tenho uma expectativa muito grande em relação às equipas territoriais de acompanhamento das instituições no sentido de identificar, em conjunto, situações de risco por forma a, em vez de medidas de terapia, mais de manutenção, podermos ter medidas preventivas do ponto de vista do equilíbrio das instituições. Não é difícil entender a natureza dos problemas que existem. Têm que ver com a dimensão e com o ritmo de crescimento. Alguns dos problemas que tivemos foram instituições que cresceram rapidamente e não se prepararam para isso. A natureza das respostas com situações de endividamento tem consequências pesadas. Foram criados o fundo de reestruturação, a linha de investimento e esses instrumentos têm funcionado bem e têm ajudado as instituições. É preciso que se desenvolva uma cultura e uma capacidade técnica do sector.

O futuro das IPSS passa por aí. Em seu entender as instituições devem preparar-se para tempos em que a sustentabilidade depende cada vez mais delas mesmas?

É como tudo. Todos os sectores têm esse desafio. Há caminhos que ajudam a dar resposta. Um deles tem que ver com a escolha da melhor dimensão. Tem que se adequar a estrutura e a gestão às respostas. Vai chegar um momento em que haverá recursos que poderão ser alcançados com partilha de custos. As instituições ainda trabalham pouco em rede. A disparidade do território e o enquadramento sócio-demográfico das respostas é um problema que não foi resolvido. Como podemos criar alguma diferenciação nos apoios de forma a podermos criar diferenças de custos que existem? Não há algoritmo que possa ser aplicado porque as variantes são imensas. Encontrar fatores de diferenciação que sejam eficazes e não gerem injustiças é um desafio que fica por fazer.

A legislação permite que haja iniciativa privada das instituições...

O frágil equilíbrio que temos neste sector depende de uma vinculação clara ao interesse público. A ideia de, na mesma área, explorar uma lógica comercial e solidária provoca uma ambiguidade que julgo ser perniciosa. Outra coisa é a atividade complementar que já acontece com muitas instituições e serve para ajudar no autofinanciamento.

O voluntariado das direções das IPSS. Tendo em vista a média etária e a baixa disponibilidade, o futuro do modelo pode estar comprometido?

Sempre foi a natureza do sector. As instituições vivem de um núcleo mais reduzido dos seus sócios ou cooperantes. Não vejo isso como problema. É um fenómeno natural e positivo que está garantido com a extensão da esperança de vida e a disponibilidade de muita gente que traz competências técnicas muito necessárias às IPSS. Falamos em envelhecimento ativo e o sector social é um exemplo nesse capítulo. Há que saber que há dimensões de instituições que precisam de profissionalização na gestão. Eu acho que as instituições já assumiram isso do ponto de vista técnico. Nas regiões de baixa densidade populacional o terceiro sector é o grande empregador em muitos domínios. Do ponto de vista da gestão é preciso avançar. Temos muitas instituições que vivem da dedicação extrema de uma única pessoa. É difícil fazer chegar a mensagem de que é preciso dar lugar a outros e passar o testemunho. O último acordo de cooperação tem instrumentos de avaliação de risco que vamos pôr em marcha. Pode ser uma forma de ajudar.

Como avalia o relacionamento com a CNIS nestes anos?

É um relacionamento muito positivo. A CNIS, neste mundo social, é a mais diversa das grandes entidades de representação. É uma cooperação que passa por um relacionamento de respeito. Ao longo dos anos construímos uma relação de lealdade e respeito. Cada um sabe o que o outro pensa e é um trabalho muito produtivo porque é centrado nos problemas reais.

V.M. PINTO E P.V.O. (TEXTO E FOTOS)

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista

Todos temos a nossa cruz

"Todos temos a nossa cruz" é uma frase popular que a todos nos condiciona e é inerente à condição humana. Nenhum ser está imune a sofrimentos, sejam eles dos próprios ou de outros. Esses sofrimentos estão associados a problemas diversos, sejam de injustiças de toda a natureza, de saúde, de relacionamento com os outros, começando pela família, financeiros e morais. São, como diz o povo, as nossas cruzes.

Alguns desses problemas curam-se com o tempo, sem necessidade de grande esforço humano mas outros, normalmente aqueles que todo o dinheiro do mundo não resolve, só podem ser vencidos pela força da vontade humana, pela crença, pela fé inabalável de quem sente que é capaz de ultrapassar todas os obstáculos, por maiores que se apresentem. Aqui, a componente que ajuda a vencer tem muito pouco ou nada de material e tem tudo, quase tudo, de espiritual. A componente que ajuda a vencer está muitas vezes para além do estritamente racional e beneficia de ingredientes que só se podem encontrar no domínio das vontades esclarecidas, das emoções mais sentidas e dos sentimentos mais profundos. O desporto dá-nos muitos exemplos bem impressivos deste tipo de casos, em que o sucesso está, na maior parte dos casos associados a fatores que estão para além do talento.

Para além das cruzes de cada um também há cruzes coletivas que podem afetar uma região, um país ou todo o planeta. É sobre estas que quero deixar uma nota.

Existem, a nível global e no nosso tempo, duas cruzes muito difíceis de suportar e, cada dia que passa, pesam mais. Refiro-me às mudanças climáticas e às desigualdades de rendimento e de riqueza. Para uma abordagem eficaz, qualquer delas exige condições muito difíceis de preencher. Primeiro, teria de ser construído um muito elevado nível de cooperação entre países e dirigentes políticos, a nível mundial. Sem a construção de um edifício desta natureza todos os esforços serão inúteis. Trata-se de problemas globais que exigem soluções globais. Segundo, porque se trata de questão política e, tal como nas cruzes individuais, são precisas vontades esclarecidas, o que pressupõe a existência de convicções robustas, que não variam com modas passageiras e resistem à tentação de trilhar os caminhos mais fáceis, imediatistas, de efeitos de curto prazo e efémeros e que são, normalmente, do agrado de plateias pouco exigentes.

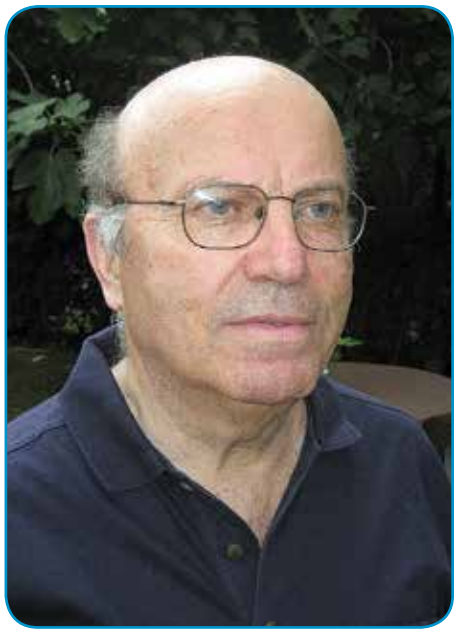
Os tempos recentes mostram que o mundo ainda não se encontra em condições para enfrentar estas duas cruzes. A questão é cultural e política. Cultural, porque não se foi capaz de generalizar uma consciência coletiva que expresse o sentimento de urgência que os dois tipos de cruzes exigem. Política, porque os principais agentes parecem demasiadamente focados em lutas que vão conduzindo progressivamente a tendências isolacionistas, que é precisamente o contrário do que hoje se torna necessário. Este é o maior obstáculo para transformar para melhor, como diz o Papa Francisco, a nossa "Casa Comum".

A atividade política é hoje muito condicionada por empurrões que surgem de todo o lado, o que faz com que os caminhos traçados se façam aos zigue-zagues, para a frente e para trás, sem uma orientação firme e clara. Esta miopia política não deixa ver mais longe e não deixa que se perceba todas as consequências das decisões tomadas.

Este é o grane problema da nossa casa comum. Porque há que ter a capacidade para analisar as consequências dessas decisões para além do imediato, era bom que os agentes políticos atassem os seus arados a uma estrela.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Médio Oriente: os perigos de uma guerra psicológica



Nos últimos dias, têm sido frequentes as notícias relativas ao Médio Oriente, e em particular as que dizem respeito ao conflito entre Israel e o Irão. As mais recentes dessas notícias referem-se à utilização e ao lançamento de mísseis pelo exército israelita e pelas forças do Hezbollah. O governo de Telavive assume claramente a autoria de alguns dos lançamentos que lhe são atribuídos, e justifica-os como resposta aos ataques ou ameaças de ataques semelhantes, da responsabilidade do Hezbollah, o grupo extremista muçulmano que actua no território do Líbano e da Síria, em nome e com o apoio do Irão. O actual conflito que ameaça a Paz no Médio Oriente trava-se pois entre estes dois países: Israel e o Irão.

Pode dizer-se que estamos a assistir a uma guerra de palavras, ou se quisemos, a uma guerra psicológica. Trata-se de ameaças que, pelo menos da parte do Hezbollah, servem para manter acesa a chama do ódio contra o seu inimigo histórico, ao mesmo tempo que fortalece o ânimo de um povo que precisa de acreditar, contra toda a história recente, que é possível vencer os judeus. Da parte de Israel, o governo de Netanyahu sente-se obrigado a honrar o velho princípio judaico do "olho por olho, dente por dente", um princípio que todos os seus líderes têm observado do longo do tempo. Ainda por cima, não falta muito para se realizarem eleições e, neste cenário, nenhum líder político israelita pode dar sinais de fraqueza face aos inimigos tradicionais do país. Trata-se de um cenário que favorece portanto os chamados os falcões e o líder do governo de Jerusalém sabe disso.

De qualquer modo, o actual conflito não deve ultrapassar, pelo menos nos próximos tempos, o nível das ameaças verbais. Nem Israel nem o Hezbollah têm intenção de iniciar um conflito cuja gravidade arrastaria certamente para o campo de batalha as forças do Irão e dos Estados Unidos, que são os verdadeiros guarda costas dos dois inimigos em confronto. Assim, e para já, israelitas e muçulmanos vão-se contentando com uma guerra verbal que serve ao menos para satisfazer o orgulho patriótico de dois povos inimigos. Apesar disso, há razões para temer pelo futuro da Paz no Médio Oriente, uma Paz que só será definitiva, se for fundamentada no respeito pela História e pela Justiça.

Mesmo sabendo que, de momento, as ameaças à Paz são predominantemente de carácter verbal e psicológico, qualquer acontecimento, mesmo que inesperado, pode despoletar uma guerra a sério naquela região do mundo. E as hipóteses de isso acontecer parecem cada vez mais próximas, e uma guerra psicológica no chamado Médio Oriente é sempre uma guerra que pode não se ficar por palavras e ameaças…

Social-Democracia(?)

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

1 - Dizia-se, a seu tempo, do guterrismo, que era social-democrata na economia, liberal quanto ao funcionamento do sistema político e conservador nos costumes.

O mundo deu multas voltas – e Portugal outras tantas -, desde o final da década de 90 do século passado, quando António Guterres liderou este País.

A começar pelos costumes, que mudaram muito, nestes vinte e tal anos que nos separam do Governo de Guterres: legalizou-se o aborto, após o chumbo no primeiro referendo, então realizado (como o da regionalização, como estamos lembrados, na mesma época); consagrou-se o casamento entre pessoas do mesmo sexo; alterou-se profundamente o regime da procriação medicamente assistida; debate-se o instituto da adopção, por referência às novas modalidades de família; discute-se a constitucionalidade da chamada gravidez de substituição; até chegarmos ao pormenor de o Ministério da Educação produzir um controverso despacho sobre o direito de escolha do acesso às casas de banho das escolas por parte dos alunos que mudaram de sexo.

Grande parte das alterações verificadas têm como fundamento uma visão mais progressista dos direitos humanos, indo em muitas situações o legislador mais longe do que é a própria prática social relativa aos tópicos referidos, assumindo o risco da fractura com essa prática anterior – razão pela qual esses temas têm recebido o qualificativo de "fracturantes" no âmbito do debate público.

É de justiça reconhecer que a introdução e o desenvolvimento de tais temas no espaço público é em larga medida tributário das propostas do Bloco de Esquerda, formação política ainda no seu início durante a fase final do Governo de Guterres, mas que tem crescido sustentadamente desde então, identificando e dando consistência a um eleitorado urbano com escolarização superior à média, desiludido com as políticas públicas associadas até então aos partidos da chamada esquerda e sensíveis a tais novas causas – que poderíamos chamar "modernas".

Essa inovação da agenda partidária veio a converter grande parte da corrente que se considera mais à esquerda no seio do Partido Socialista, que a adoptou como sua, e que hoje mal se distingue do Bloco de Esquerda, num caldo cultural comum que constituiu certamente parte do cimento da "geringonça" – no que ao Bloco de Esquerda respeita.

Embora essa harmonização cultural deva igualmente muito à gerência partidária e governamental de José Sócrates, que encontrou nas causas fracturantes o mecanismo compensatório da contaminação e apropriação do Estado e das suas instituições pelo mundo do capital e da finança que, para nossa vergonha colectiva, levou porfiadamente a cabo durante o seu consulado esse ex-Primeiro Ministro – e que só pode significar a submissão aos interesses da direita mais reaccionária.

O que nos permite concluir, para voltar à trilogia de Guterres, que uma visão progressista nos costumes não implica idêntica qualificação nos demais registos referidos.

2 – A social-democracia, no que ao funcionamento do sistema e das relações económicas respeita, é geralmente associada à preocupação que devem assumir as políticas públicas, no sentido de que os efeitos do livre funcionamento do mercado, no mundo capitalista, causador da exclusão de muitos cidadãos, devam ser prevenidos ou atenuados, colocando-se o Estado ao lado da parte mais fraca: os mais desfavorecidos, os trabalhadores, os desempregados, os pobres, os que não podem ter habitação condigna …

Foi o que restou como herança da origem obreirista dos partidos sociais-democratas, no século XIX – de onde provieram os diversos partidos comunistas que tanto influenciaram a vida da Europa ao longo do século passado: desde o Partido Operário Social-Democrata Russo (cuja facção bolchevique deu origem ao Partido Comunista Russo – e, depois, da União Soviética) ao Partido Social Democrata da Alemanha (que, através da Liga Spartaquista, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, deu origem ao Partido Comunista da Alemanha).

Mas, mesmo após as fracturas entre a via revolucionária e a via reformista do movimento operário, representando a social democracia moderna a via reformista – ou "revisionista", a partir de Bernstein e de Karl Kautsky (o renegado Kautsky, como lhe chamava Lenine), do Partido Social Democrata Alemão-, a visão principal continuava a ser "um Estado ao serviço dos trabalhadores", no sentido de atingir o patamar de uma sociedade sem classes, da herança marxista, através de reformas progressivas no quadro de um sistema político democrático-liberal.

Foi esta perspectiva que marcou a social-democracia moderna – perspectiva que pode seguramente dizer-se ser ainda hoje que define o pensamento social-democrata: um sistema progressista, visando a eliminação das desigualdades não provenientes do mérito individual, através de reformas que favoreçam esse desígnio de fundamental igualdade e que protejam os mais desprotegidos pela vida ou pela fortuna – num quadro de liberdades públicas, mas de relações económicas reguladas e protectoras dos mais fracos.

Voltando a Portugal, pode dizer-se que essa vinculação ao ideário social-democrata tem constituído a trave mestra dos sucessivos Governos que nos têm pastoreado – na medida em que, desde 1974, todos os Governos assentam no predomínio, ora do PS, ora do PSD, que expressam cada um deles a sua pertença e esse espaço ideológico.

É certo que muita gente, quer de outras bandas partidárias, quer mesmo da própria, suspeita da fidelidade do PSD a essa afirmada vinculação.

Mas a história do Partido, desde o próprio fundador, Francisco Sá Carneiro, até à componente de tradição republicana e oposicionista que esteve na sua origem – Emídio Guerreiro, Artur Santos Silva, Olívio França, José Augusto Seabra, Helena Roseta, Miguel Veiga, Jorge Sá Borges, Coelho dos Santos, entre outros -, e passando pelo seu actual líder, Rui Rio, é seguramente compatível com essa matriz social-democrata que é invocada.

3 – Também o PS – mas esse com reconhecimento geral – se inscreve no pensamento político social-democrático, estando mesmo filiado na Internacional Socialista, que agrupa, a nível mundial, os partidos políticos da área do socialismo democrático e da social-democracia.

Mas nem sempre a prática política, quando incumbidos de governar, quer do PSD, quer do PS, é compatível com os valores da social-democracia e com os seus destinatários.

Ao longo dos anos, procurei, nestas crónicas, zurzir com devoção o que me foram parecendo más práticas sob Durão Barroso, ou Santana Lopes, ou Sócrates, ou Passos Coelho, ou sob António Costa.

Vou manter o estilo. Por exemplo: por exemplo: o Verão foi marcado pela (afinal desconvocada) greve dos motoristas de matérias perigosas.

O Governo tem seguramente melhor informação do que a minha; mas para mim foi meridianamente claro que os patrões pagam aos trabalhadores um salário base fictício, baixo, sob o qual incidem as contribuições para a Segurança Social, a que acrescem alcavalas, a título de subsídios diversos, que constituem remuneração efectiva mas sobre a qual os patrões – e os trabalhadores também, não pode ser doutro modo – nada descontam.

Quando os trabalhadores estiverem de baixa, ou se reformarem, o subsídio de doença e a pensão de reforma são calculados em função da remuneração base – a tal que é escassa.

É para mim claro que é justa a reivindicação de que o que é salário seja tratado como salário.

Por outro lado, compreendo os esforços do Governo no sentido de recuperar as dívidas de contribuições devidas à Segurança Social e de lutar contra a evasão contributiva nesse mesmo sistema – até para garantir a sua sustentabilidade futura.

Não tenho dúvidas de que a prática de ocultar salários sob a rubrica de subsídios não tributados representa evasão contributiva.

Isto é, os trabalhadores grevistas tinham razão para a greve, esgotadas que se encontravam as hipóteses de negociação, por recusa da Associação dos patrões.

Não consigo descortinar qualquer vestígio do ideário social-democrata na opção do Governo por se ter colocado, objectivamente, do lado dos patrões.

4 – Um dos factos mais relevantes da actual pré-campanha eleitoral para as legislativas foi a conversão do Bloco de Esquerda à social-democracia, anunciada pela sua líder.

Trata-se de uma conversão de peso: herdeiro da tradição leninista (PSR, trotskista, e UDP, maoísta), que, no início do século passado, representou a fractura bolchevique com o movimento social-democrata (menchevique), esta reconfiguração do nosso mais recente partido com vocação de poder parece reservar-nos o papel de unificação das correntes revolucionárias e reformistas do movimento operário – o que seguramente será mais uma das originalidades portuguesas.

O BE deve ter concluído o mesmo que eu: se a social-democracia é que nos tem governado desde 1974, se é da social-democracia que os eleitores gostam, então, se há ambição de governar, há que ser social-democrata.

Mas impõe-se tirar do fenómeno todas as consequências, e abandonar o postulado leninista do papel omnipresente do Estado nas nossas vidas.

A começar pelo cumprimento da Constituição (reformista), no que toca ao sistema de protecção social e do papel do Sector Solidário como pilar desse sistema.

CASCB – CENTRO DE APOIO SOCIAL DO CONCELHO DE BEJA

O SAD é essencial para dar qualidade de vida aos nossos idosos

«Cuidar dos nossos idosos é respeitar o nosso próprio futuro» é o lema do Centro de Apoio Social do Concelho de Beja (CASCB), instituição que nasceu do impulso inicial de quatro freguesias bejenses. Derivou de um projeto da Câmara Municipal de Beja (Integrar Medida 1), que contemplava o apoio ao desenvolvimento social. Com o fim do projeto em 1999, os presidentes das Juntas de Freguesia envolvidas, entenderam desenvolver esforços para que em conjunto se encontrasse uma solução para assegurar a continuidade do apoio domiciliário aos idosos das quatro freguesias envolvidas.

"O Centro nasceu da parceria entre as quatro freguesias do concelho de Beja, Albernoa, a qual eu presidia na altura, Beringel, Mombeja e Baleizão. Esta freguesia acabou por ficar de fora, porque chegámos a acordo com uma outra associação que lá existia com a mesma resposta, pelo que foi uma solução mais eficiente, face ao número de utentes e de funcionários, que integrámos em Baleizão. É uma grande distância que nos separa e, como havia lá uma instituição com a mesma resposta, não se justificava ficar lá", conta António Custódio, presidente do CASCB, recordando ainda que, "um ano e meio depois, mais três freguesias São Matias, Trindade e Santa Vitória envolveram-se no projeto, formando os técnicos e funcionários. Como já existíamos, essas freguesias juntaram-se e é o que temos hoje, seis freguesias envolvidas".

Da cooperação entre o município de Beja, a Associação Alentejo XXI e as quatro freguesias fundadoras, a instituição arrancou, suportada financeiramente pela Câmara e pelas quatro juntas de Freguesia, até que em julho de 2000 lhe foi reconhecido o estatuto de IPSS e estabelecido o protocolo de cooperação com a Segurança Social.

Desde, então, o Serviço de Apoio Domiciliário, a única resposta social que a instituição desenvolve, funciona todos os dias do ano, fins-de-semana e feriados incluídos, e recentemente, para além das seis freguesias que integram o Centro, estendeu a sua ação a mais duas: Trigaches e São Brissos.

O SAD do CASCB presta quatro serviços aos cerca de 140 utentes inscritos: alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e lavandaria.

"Temos quatro lavandarias, ou seja, uma aqui na sede em Beringel, outra em Albernoa e ainda outras duas em Santa Vitória e em São Matias. Esta localização prende-se com o número de utentes que servimos em cada freguesia. Já em termos de cozinhas, temos duas, uma aqui na sede que dá apoio a Santa Vitória, São Matias e Mombeja, e outra em Albernoa que dá apoio à freguesia e a Trindade", explica o líder da instituição, que lembra ainda o protocolo com a autarquia para fornecimento de refeições às escolas: "Com a Câmara Municipal temos um protocolo estabelecido para fornecimento de refeições nas escolas, para o Pré-escolar e 1º Ciclo, que são aqui confecionadas e entregues nas escolas localizadas onde temos

idosos".

Neste particular, na cozinha de Beringel são confecionadas 105 refeições/dia e na de Albernoa mais 30, depois entregues nos estabelecimentos de ensino.

Desde que nasceu, o CASCB tem crescido paulatinamente, abarcando mais território e utentes e fá-lo há duas décadas.

"Têm sido 20 anos de muita dificuldade, porque, ao longo destas duas décadas, fomo-nos adaptando às novas realidades que foram surgindo. Daí termos crescido, sem dúvida. Basta olhar para os números de utentes, funcionários [42 no momento atual], viaturas, quilómetros percorridos. Cada viatura das nove que temos faz uma média de 25 mil quilómetros por ano", afirma António Custódio, deixando um lamento: "Uma das grandes dificuldades que sentimos é com o parque automóvel, porque sempre que precisamos de fazer uma troca de viatura, as dificuldades são muitas. Raramente conseguimos adquirir viaturas novas, são em segunda mão, em bom estado e que nos dão garantias face aos meios financeiros disponíveis".

A escassez de meios leva os dirigentes do CASCB a fazerem uma gestão muito rigorosa e "não se gasta mais do que se recebe".

"Não temos dívidas, apesar de todas as dificuldades. Há muitos anos que fechamos as nossas contas sempre com saldo positivo, não é muito mas é alguma coisa, e não temos dívidas nem a funcionários, nem a fornecedores. Isto é muito importante para termos condições para cumprirmos o serviço. Muitas vezes perguntam-me como é que conseguimos suportar uma casa destas com a dimensão que ela tem, pois estamos bastante dispersos no território. Só entre Beringel e Albernoa são quase 40 quilómetros", argumenta, acrescentando: "Com a dedicação e a responsabilidade da Direção e da equipa, temos levado o barco a bom porto. A casa é gerida ao milímetro, e sei porque estou cá desde a fundação, e tem sido um trabalho sempre no sentido de não termos dívidas. Posso afirmar que 80% dos gastos que temos no Centro são pagos no momento da entrega da fatura".

O único património que o Centro detém são as viaturas, de resto nenhum dos edifícios que ocupa é da instituição: "Isto é uma parceria que temos com as freguesias, que nos cedem espaços,

muitas pagam a água e a luz e, parecendo que não, é uma ajuda importante e há que reconhecê-lo".

Por tudo isto, António Custódio assegura que "a situação financeira do Centro é estável, não dá para grandes investimentos, especialmente nas viaturas, mas assegura-nos o dia a dia com horizonte de futuro".

A situação financeira dificilmente poderia ser muito desafogada face à população que a instituição serve.

"As reformas é o que toda a gente sabe, são as reformas dos meios rurais que nunca foram muito abonatórias. São reformas que rondam os 300, 400 euros. Obviamente, no cálculo da prestação do utente esse fator entra em conta, pelo que as comparticipações são sempre baixas. Há sempre exceções, mas mais de 80% dos utentes são pessoas com reformas baixas", sustenta, referindo, do total de utentes, "um número relativamente elevado está só, mas há também uma franja grande que tem acompanhamento familiar".

Esta questão do acompanhamento familiar é essencial para António Custódio.

"É elemento é essencial, porque, apesar de trabalharmos 365 dias por ano, não o fazemos 24 sobre 24 horas. Temos um horário alargado, das 8h00 às 20h00, trabalhamos com dois turnos para assegurar todos os destinos. No entanto, as populações sabem que, apesar das rotas a percorrer, nós estamos sempre disponíveis para acudir a uma situação de maior emergência", assegura.

António Custódio considera que o objetivo e a grande virtude do serviço que a instituição presta estão na qualidade do mesmo.

"Conseguirmos dar um serviço de qualidade aos utentes, ajudá-los e resolver-lhes os problemas o mais rapidamente possível é a nossa virtude. Isso é um trabalho que fazemos e que é reconhecido pelos nossos utentes e pela comunidade", afirma com orgulho.

O modelo do Serviço de Apoio Domiciliário é, de todas as respostas sociais típicas, a que há mais tempo está há mais tempo a ser estudado no sentido de o tornar mais eficiente e eficaz. No entanto, a demora tem desesperado os dirigentes das instituições, pois todos consideram esta uma das mais importantes valências de apoio à população idosa.

E como seria possível melhorá-lo? "Em primeiro lugar, passaria por mais meios financeiros, porque quando há mais dinheiro as coisas melhoram logo ou, pelo menos, têm essa obrigação. Isso faria com que muitas coisas mudassem logo à partida. Por exemplo, em vez de carrinhas em segunda mão tinha novas e quando fosse necessário trocar fazia-se logo. Isso dar-nos-ia uma capacidade de resposta de qualidade em termos de meios e de tempo gasto", defende, acrescentando: "Sem mais meios financeiros deve ser muito difícil. Isto se as instituições não tiverem viradas para o crédito e para se endividarem, mas não acho que esse seja o caminho. Se conseguirmos servir com qualidade dentro da capacidade que temos, está tudo bem, agora há instituições que se endividam por tudo e por nada. Havia por aqui algumas assim e que acabaram por cair. Quando se quer dar um passo maior do que a calça, o tecido não dá e rasga".

E como seria o concelho de Beja sem o Centro? "Penso que tínhamos uma dificuldade muito grande, até ao nível das juntas de Freguesia, porque isto nasceu da iniciativa de quatro juntas de Freguesia, pois sabiam as dificuldades que tinham pela frente e não estão vocacionadas para este tipo de resposta social. O concelho de Beja, se acabasse um serviço destes, ia ter muita dificuldade em fixar as pessoas, porque só o internamento não chega", argumenta António Custódio, enfatizando a importância da instituição criada em 1999: "Foi muito importante e muito bom este projeto ter aparecido e as pessoas, em regra geral, reconhecem que este serviço é uma mais-valia para ajudar as pessoas que estão sozinhas nas suas habitações. Este foi um projeto grande e espero que os responsáveis deste país, nas autarquias e no Governo, não deixem cair esta resposta social e deviam olhar para ela como um serviço para o bem do país. Toda a gente sabe que o custo ao Estado de um utente em SAD é muito menor do que o de um em internamento. Portanto, o Estado tem toda a obrigação e o direito de defender o Apoio Domiciliário. Para além de ter menos despesa, acaba por prestar um serviço essencial e por dar melhor qualidade de vida às pessoas, que é mantê-las em casa".

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

- SINAL MAIS
- GERTAL ITAU
- SOGENAVE
- STRONG CHARON
- UPK
- B2B
- CERGER
- FEB CAFÉS
- IBERLIM
- PAPIRO
- VIVAMAIS
- SERDIAL
- BIOSOG
- TICKET SERVIÇOS FLEXBEN
- A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

TRIVALOR

NOVA GERAÇÃO DO PARES 2.0

Programa vai ser financiado com dinheiro dos jogos sociais

O governo anunciou a criação de uma nova geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Este programa, denominado PARES 2.0, visa essencialmente "estimular, através dos recursos financeiros provenientes dos jogos sociais, o investimento privado em equipamentos sociais, incidindo em respostas específicas por forma a promover maiores níveis de proteção, autonomia, inclusão e facilitação da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional."

O PARES 2.0 pretende contribuir para o alargamento da rede de equipamentos sociais, "sustentada em princípios transparentes e objetivos, com a finalidade de aumentar a capacidade instalada em respostas nas áreas de infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa."

O Programa é uma "resposta às necessidades mais prementes das populações e dos territórios, priorizando de forma rigorosa e transparente os equipamentos sociais que se situem em territórios com uma baixa cobertura, de forma a corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição da capacidade instalada no território"

O PARES 2.0 admite a "possibilidade de apoio ao investimento em equipamentos sociais cujas obras revistam caráter de urgência ou quando se verifique a necessidade de adaptação das instalações e/ou substituição de materiais ou equipamentos, em especial aqueles cujo deficiente funcionamento ponha em causa a segurança, o bem-estar e a qualidade dos serviços prestados."

Segundo o governo, para a elaboração deste novo programa foram ouvidas a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Portuguesa Cooperativa.

RELATÓRIO DO CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Número de reformados diminuiu mas despesa aumentou

O número de reformados da função pública no final do primeiro semestre era inferior em 1.422 ao de junho de 2018, mas a despesa com pensões subiu 0,7% devido à atualização, incluindo a extraordinária, de janeiro.

Segundo o relatório do Conselho das Finanças Públicas (CFP) sobre a evolução orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (CGA), a despesa com pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações totalizou 3.694 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2019, valor que, em termos comparáveis, corresponde a um aumento homólogo de 0,7%.

"O efeito preço resultante da atualização ordinária das pensões de aposentação, reforma e invalidez atribuídas pela CGA e da atualização extraordinária a partir de 1 de janeiro foi superior ao efeito volume decorrente da redução do número total de pensionistas (-0,1%)", indica o relatório do CFP.

O organismo liderado por Nazaré Costa Cabral refere ser "expectável que esta despesa acelere na segunda metade do ano" devido ao pagamento dos subsídios de férias (em julho) e de Natal (em novembro) e dos retroativos decorrentes da decisão do Tribunal Constitucional que implicou a revisão do cálculo de 2.237 pensões atribuídas desde 2013.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Alargada às crianças e jovens até aos 18 anos

A Prestação Social para a Inclusão (PSI), que em agosto abrangia mais de 96.000 pessoas, vai ser alargada a partir de outubro às crianças e jovens até aos 18 anos e terá um valor de 140 euros.

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, explicou que esta será a terceira e última fase da PSI, que alarga a prestação a quem esta ainda não chegava: crianças e jovens até aos 18 anos.

"O que estamos a fazer é completar o puzzle, fazendo com que chegue a quem não chegava", disse a governante, sublinhando que esta pode ser agora considerada uma "prestação de ciclo de vida", que "pode acompanhar a pessoa desde que nasce".

Esta prestação passa assim a abranger as crianças e jovens até aos 18 anos que tenham uma deficiência que lhes confira um grau de incapacidade igual ou superior a 60% e corresponde a 50% do valor de referência da componente base, independentemente dos recursos económicos de que a família disponha.

"O montante atribuído tem uma majoração de 35% no caso de famílias monoparentais", explicou a secretária de Estado.

A governante disse ainda ficou de fora desta fase da PSI a majoração que pretende compensar custos pontuais e extraordinários como, por exemplo, despesas de saúde ou de reabilitação, com que a pessoa inicialmente não contava.

"O alargamento da PSI à infância e juventude a partir de outubro de 2019 prossegue a aposta do Governo na reformulação das prestações sociais na área da deficiência", sublinha o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em comunicado, destacando que, desta forma, é "amplamente reformada aquela que era uma das áreas mais frágeis do sistema de segurança social".

Desde a sua criação, em outubro de 2017, a PSI foi atribuída a mais de 96.000 pessoas (96.148 segundo dados do mês passado).

Em outubro do ano passado, no âmbito desta reformulação nas prestações sociais na área da deficiência, passou a ser atribuído um apoio extra a quem apresentava maior debilidade económica. Este complemento abrange 10.600 pessoas.

A secretária de Estado explicou ainda que as pessoas que tinham apresentado reclamação por não terem tido acesso à prestação a que teriam direito por falta de um atestado médico, a atestar a incapacidade que tenha sido passado antes dos 55 anos de idade, podem recorrer.

"A prestação até podia ser pedida depois dos 55 anos, mas o atestado tinha de ter sido passado até essa idade", para distinguir situações de deficiência de incapacidades que resultam de circunstâncias e patologias que se acumulam ao longo da vida, acrescentou.

Ana Sofia Antunes explicou ainda, desde que tenham outro documento que comprove a situação de deficiência anterior aos 55 anos de idade, podem apresentar recurso e o caso será avaliado por uma equipa médica com base na documentação que a pessoa entregue.

Disse ainda que algumas pessoas poderão notar alterações nos valores da sua prestação nos próximos meses pois a segurança social deixou de deduzir à componente base o montante social de outras prestações que a pessoa tivesse.

PROVEDORA DE JUSTIÇA CRITICA SAÚDE MENTAL NAS CADEIAS

Faltam recursos humanos nas prisões

As medidas de internamento nas unidades de saúde mental do sistema prisional e as dificuldades recorrentes entre a privação da liberdade e a saúde mental voltam a merecer críticas da provedora de Justiça.

A provedora de Justiça, atuando como Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP), visitou 21 locais de detenção, das quais 13 a estabelecimentos prisionais, quatro a Centros de Instalação Temporária e Espaços Equiparados, duas a Centros Educativos e outras duas a locais de detenção a cargo das forças policiais, repetindo algumas críticas já descritas em relatórios do MNP.

Um dos alertas repetido prende-se com a falta de meios humanos nos estabelecimentos prisionais, nomeadamente guardas prisionais.

"A insuficiência de recursos humanos, em particular no que respeita ao corpo da guarda prisional e aos serviços clínicos, permanece como um dos problemas transversalmente observado no universo visitado", lê-se no comunicado enviado pela provedoria.

O MNP constatou ainda existirem dificuldades na articulação entre a privação da liberdade e a saúde mental, afirmando estar apreensivo com a execução das medidas de internamento em unidades de saúde mental do sistema prisional.

Em março, a provedora tinha exortado a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a criar ainda este ano uma unidade de tratamento de casos agudos de saúde mental de jovens internados em centros educativos, prevista há três anos e recomendou um reforço de pedopsiquiatras.

Após a visita aos 13 estabelecimentos prisionais, a provedora concluiu também que continua a haver poucos reclusos a trabalhar, facto que considera preocupante.

São igualmente motivo de apreensão, as "situações de insuficiente acompanhamento legal, médico, psicológico e social" das pessoas privadas da liberdade.

O MNP foi criado para efetuar visitas regulares e sem aviso prévio a locais de privação de liberdade, seguindo uma lógica preventiva, em cumprimento do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Degradantes ou Desumanos.

Cabe ao MNP examinar regularmente o tratamento das pessoas privadas de liberdade em locais de detenção e fazer recomendações às autoridades competentes no sentido de melhorar as deficiências detetadas ou de reparação de situações que não sejam compatíveis com as obrigações internacionalmente assumidas pelo Estado português.

José Figueiredo
Economista

Projeto Libra: Que futuro para o dinheiro eletrónico?

O anúncio do projeto Libra pela Facebook colocou o dinheiro eletrónico e as tecnologias que o suportam num novo patamar de interesse público.

Tenho para mim que o ascenso do dinheiro eletrónico é um facto da vida, uma tendência imparável.

Em que é que o dinheiro eletrónico vai ser diferente daquilo que fazemos e usamos hoje?

Atualmente a maioria das pessoas utiliza dinheiro físico (notas e moedas) para pagamentos de pequeno valor, usa cartões de débito ou crédito para pagamentos de valor um pouco maior e, nos casos de montante mais elevado, recorre a transferências bancárias ou cheques.

Tudo isto assenta num sistema de pagamentos providenciado pelos bancos e sobre a forma mais comum de dinheiro que são os depósitos bancários.

Os depósitos bancários são vistos pelas pessoas como equivalentes ao dinheiro físico. Em tempos normais dinheiro e depósitos são convertíveis, podemos transformar depósitos em notas e moedas.

Todos sabemos que se, num determinado momento, todos os depositantes de um banco quisessem "levantar" o seu dinheiro, o banco simplesmente não poderia aceder a todos os pedidos.

Mas nem por isso deixamos de confiar. A sensação de segurança em relação aos depósitos vem da confiança na solidez dos bancos, do crédito concedido aos supervisores e, em casos limite, de um seguro que garante os depósitos até um certo montante mesmo em caso de falência do banco.

O dinheiro eletrónico apenas existe enquanto registo num qualquer sistema informático e não pode tomar qualquer forma física como notas ou moedas.

Se, amanhã, a Facebook criar a Libra não existirão notas ou moedas de Libra. As carteiras e os porta-moedas serão obsoletos. A nossa carteira passará a ser o nosso telemóvel.

Na ausência dessa convertibilidade em dinheiro físico, não podendo por as mãos em cima do dinheiro, o que pode dar confiança aos utilizadores?

A base dessa confiança vai estar nos ativos que a entidade que gere o dinheiro eletrónico tiver como contrapartida.

Voltando ao caso da Facebook, a Libra terá valor porque por cada Libra a circular a entidade que gere o sistema terá o mesmo montante em títulos de dívida do estado de curto prazo, depósitos em bancos, outros ativos de alta liquidez, provavelmente expressos nas moedas principais mundiais, seja dólar, euro, libras, francos suíços, etc.

Claro que há riscos. Os ativos que a Facebook vai comprar podem perder valor, existem flutuações cambiais, podem ser pouco líquidos e, em tempos de stress, difíceis de converter em dinheiro "real", por exemplo, depósitos bancários.

Mas, se também no dinheiro eletrónico há riscos, porventura maiores que no dinheiro convencional, quais as vantagens do dinheiro eletrónico? Porque acredito que vai ser a norma?

Acontece que o dinheiro eletrónico tem muitos atrativos.

Desde logo é mais barato. O sistema de pagamentos que os bancos providenciam é caro. Pagamos pela manutenção das contas bancárias, pagamos por cada transferência que fazemos e, nos movimentos transfronteiriços, pagamos caro e o sistema é tudo menos eficiente.

O dinheiro eletrónico pode circular virtualmente sem custos entre as "carteiras" dos utilizadores e tem clara vantagem de eficiência e custo nos movimentos internacionais.

O dinheiro eletrónico é de utilização mais simples, mais conveniente e está integrado nas vidas digitais dos cidadãos comuns. Se for emitido por redes sociais nas quais as pessoas estão inseridas é fácil perceber a conveniência de usar o mesmo modelo para conversa, transação de fotos ou mensagens e fazer pagamentos ou recebimentos.

O dinheiro eletrónico pode ser mais confiável que o dinheiro convencional. Uma das razões do enorme sucesso do M-Pesa no Quénia foi o facto dos cidadãos, nomeadamente os mais pobres, confiarem mais na empresa de telecomunicações na base do M-Pesa, a Vodafone, que nos bancos locais.

A China é talvez o país onde o dinheiro eletrónico está mais difundido. Os maiores operadores são a Alipay da Alibaba, o gigante do comércio eletrónico, e uma operação similar da Tencent que é uma operadora de jogos online. Foi a integração do dinheiro com a vida digital dos cidadãos (compras online, jogos) que permitiu a estas empresas criar sistemas de pagamentos que hoje são pervasivos.

No caso da China a questão da confiança foi resolvida de forma muito simples. As operadoras são obrigadas a ter por cada unidade de conta em circulação o mesmo montante em depósitos no banco central – mais seguro é impossível.

Finalmente o dinheiro eletrónico pode usufruir das chamadas externalidades de rede.

As externalidades de rede explicam, por exemplo, que a Facebook ou a Google se tivessem transformado em monopólios naturais. Se os meus amigos estão na Facebook é natural que eu também queira lá estar. Se os meus amigos e aqueles com quem tenho interação regular estão numa determinada rede social é natural que tenda a utilizar o sistema de pagamentos providenciado por essa rede social para interagir com eles.

Para além de ser mais barato, mais simples, não necessariamente menos seguro que o dinheiro como o conhecemos hoje, o dinheiro eletrónico tem a enorme vantagem de estar inserido na forma como hoje muita gente vive as suas vidas – em cima de plataformas digitais.

No fim das contas pagar e receber são mais um aspeto do nosso viver social, uma forma de interação entre seres humanos.

O dinheiro eletrónico pode tornar esse viver social mais simples, barato e divertido. Com o dinheiro eletrónico podemos enviar emojis, mensagens, fotos ou comentários, coisas que não podemos fazer com cartões de crédito ou débito.

O projeto Libra pode até nem ir muito longe. A receção, nomeadamente pelas autoridades financeiras, tem sido tudo menos entusiástica.

Há boas razões para esta escassez de entusiasmo. A Facebook tem um histórico miserável em termos de privacidade e utilização da informação pessoal dos utilizadores. Se não souberam guardar simples informação pessoal saberão guardar dinheiro?

Os modelos de pagamento geram informação valiosa sobre o perfil pessoal dos utilizadores. Quem garante a segurança dessa informação? Quem garante que a Facebook não a usa para fins comerciais?

Qual a segurança em matéria de prevenção de financiamento ao terrorismo ou lavagem de dinheiro?

Quem garante a estabilidade do valor da Libra? Que tipo de regulação será aplicada?

Muitas perguntas e poucas respostas. Talvez o projeto Libra acabe por cair. Mas outros virão – o caminho é inevitável.

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

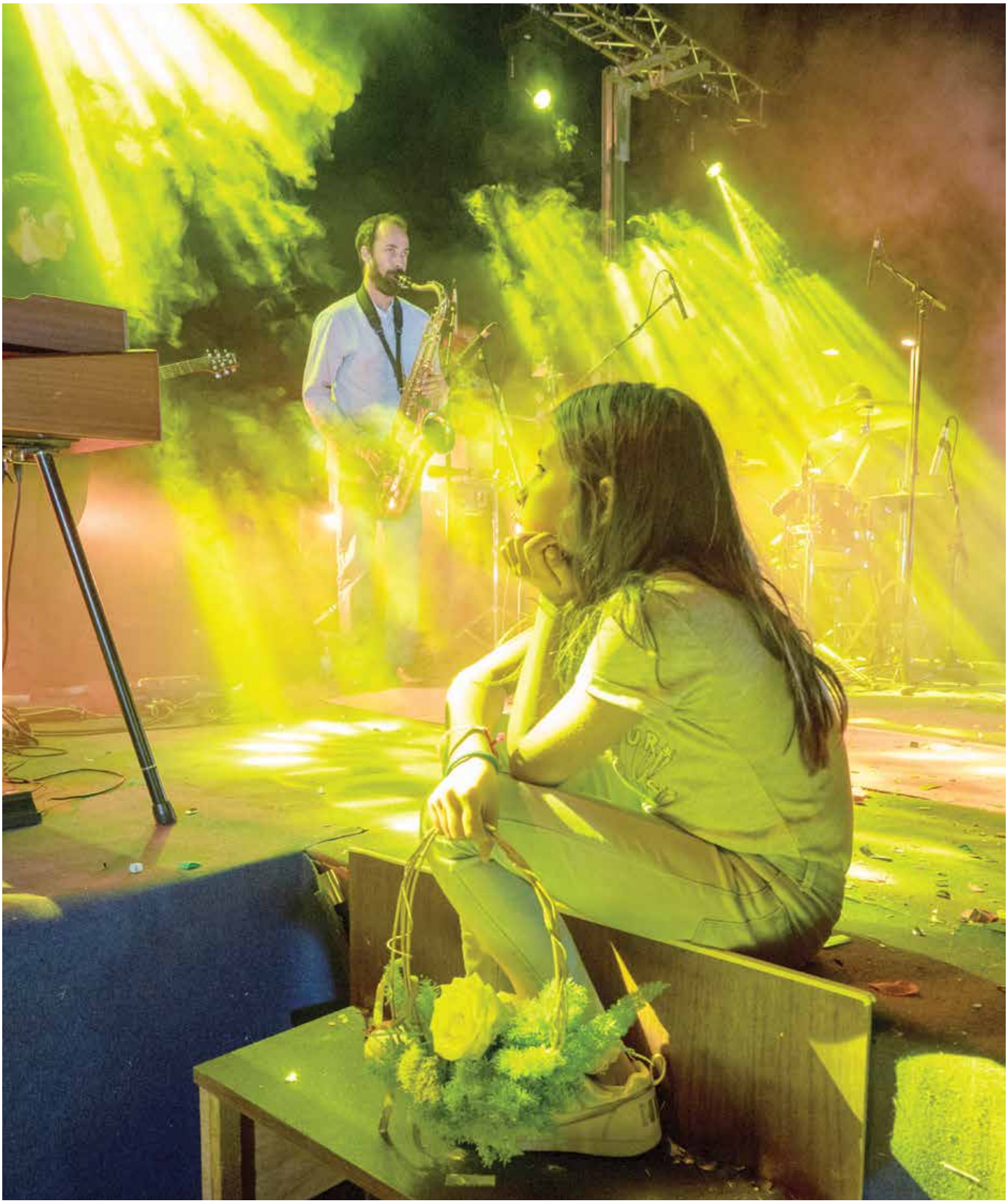
A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

FOTO: ARMANDO VIEIRA



Quando eu for grande...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

GRANDE INQUÉRITO DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL

Crise não passou e desemprego preocupa

Mais de metade dos portugueses diz que a crise não passou e uma das maiores preocupações é o desemprego, mesmo depois de os níveis terem caído para metade dos valores de há quatro anos.

Segundo o II Grande Inquérito de Sustentabilidade em Portugal, desenvolvido por investigadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa (UL), 53,5% dos inquiridos consideram que a crise não passou e apenas menos de um terço (29,8%) diz que a crise está ultrapassada.

"As pessoas sentem que a crise ainda não terminou e isso deixou desconfiança e uma sensação de insegurança que permanece ativa e que é determinante de muitos comportamentos, até de comportamentos ligados ao consumo, com um perfil mais notório do "consumidor constrangido", que faz contas a tudo", disse à agência Lusa a investigadora do ICS Luísa Schmidt, uma das coordenadoras do estudo.

A responsável apontou como exemplo de comportamentos que mudaram com a crise e se mantiveram como o uso de espaços públicos gratuitos, como os jardins e parques, sobretudo as famílias com crianças, em detrimento dos centros comerciais.

"O uso da marmita é outro dos hábitos que ficaram. Na hora do almoço, a manutenção desse hábito também acontece porque as pessoas tiram prazer a as próprias instituições e serviços se adaptaram e criaram condições para as pessoas poderem almoçar. A mudança passa não só pela nossa necessidade ou jeito de mudar, mas por criar infraestruturas de apoio que facilitem", sublinhou.

Quanto ao impacto da crise económica nos hábitos de consumo, em geral, ela alterou os hábitos para a esmagadora maioria da população, mas foram "os mais vulneráveis aos efeitos da crise" os que mais mudaram.

Como prova do sentimento de desconfiança para com a crise, o desemprego aparece como a principal preocupação dos portugueses, apesar de os níveis terem descido nos últimos quatro anos de 14,3% para 7,4%.

Os investigadores agregaram as principais preocupações manifestadas pelos inquiridos num conjunto a que chamaram "sustento corrente da vida" (60,6%), incluindo o desemprego (38,8%), o baixo poder de compra/baixos salários (29,2%) e o custo de vida (9,6%).

Ao segundo grande conjunto de preocupações os investigadores chamaram "abalo de confiança no Estado". Neste grupo, o que os inquiridos apontaram com mais frequência remete para a "corrupção" (26%), mas a falência funcional do Estado que mais os preocupa é o "sistema de saúde" (24,5%), o seu funcionamento e acesso. Em seguida, os inquiridos apontam a quebra de "credibilidade da classe política" (16,1%).

"Embora os inquéritos não permitam estabelecer uma ligação direta entre o funcionamento do sistema financeiro e a falência moral da classe política por via dos mecanismos clássicos de corrupção que os media tanto têm difundido, é percetível o reconhecimento de que a vida pública decorre num regime profundamente viciado, o que acentua a separação e distância entre governantes e governados, independentemente dos governos que vão passando", escrevem os investigadores.

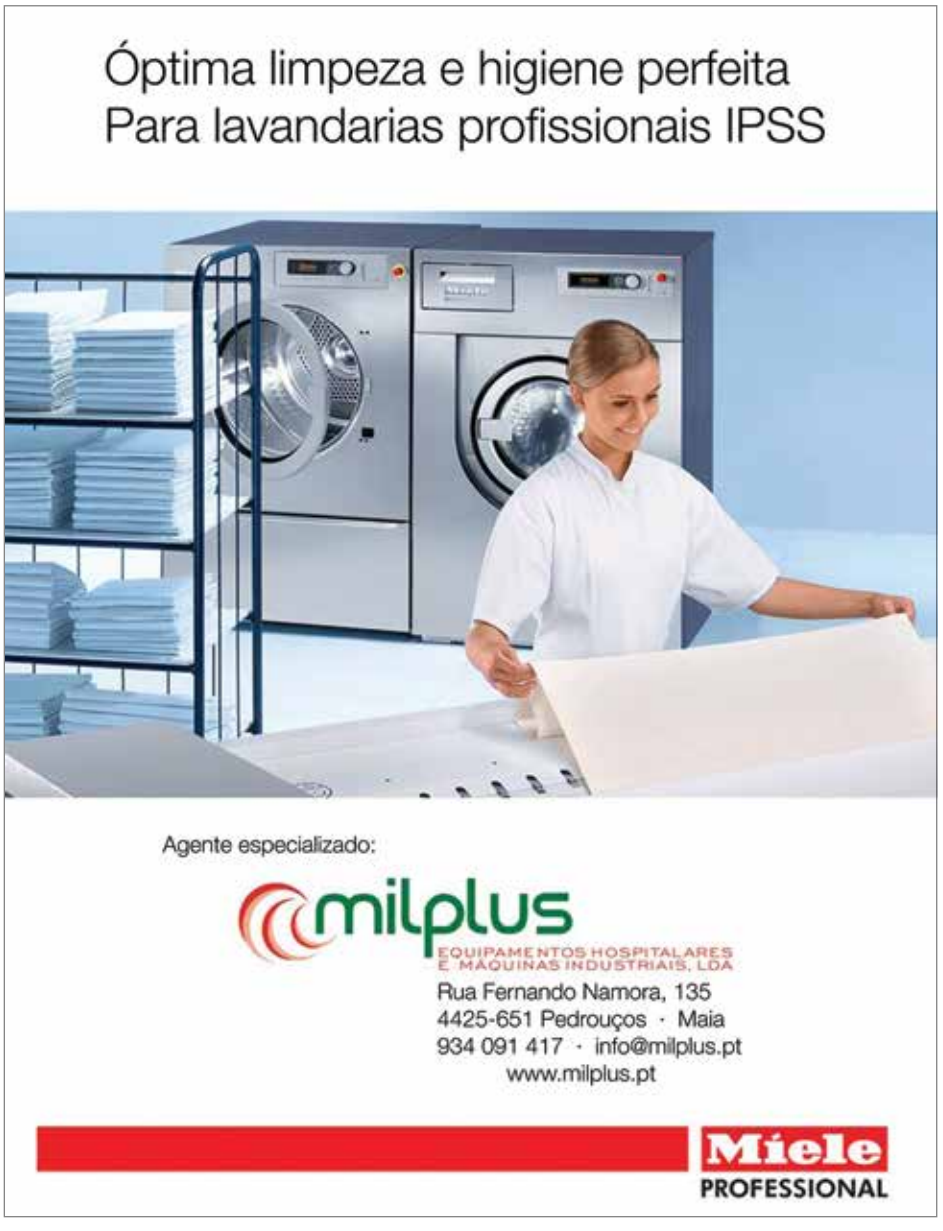
O terceiro grande conjunto de preocupações gira em torno de diversas manifestações de "desarmonia e de discórdia social" (35,4%), incluindo a pobreza/exclusão (16,8%), a fragilidade da vida económica do país (12,8%) e as desigualdades sociais (9,9%).

Ligeiramente mais abaixo surge a preocupação com o ambiente (19,6%), sobretudo nas dimensões de "degradação" e "poluição/riscos".

Comparando com o inquérito anterior, desenvolvido em 2016, há diferenças na forma como os portugueses investiam qualquer rendimento extra disponível. Se há quatro anos colocavam em primeiro lugar a "poupança" (46,3%), depois "fazer férias" (43,1%) e a seguir os "cuidados de saúde" (40,5%), no inquérito de 2018 as prioridades mantém-se, mas os cuidados de saúde sobem ao primeiro lugar (50,5%), sobretudo para quem tem mais de 64 anos e menos escolaridade e rendimento.

A poupança (47,8%) passa para o segundo lugar nas prioridades de investimento em caso de rendimento disponível, "o que indica que, para os portugueses, a experiência da crise económica ainda está muito presente e, sobretudo, teve impactos estruturantes no que respeita à necessidade de segurança económica fundamental", refere o estudo.

Em terceiro lugar vêm as "férias" (38%), como válvula de escape e sonho compensatório, e já com percentagens um pouco mais baixas (a rondar entre os 20% e os 30%) surge o desejo de "investir na melhoria da habitação".

"Num contexto de alterações climáticas e com um parque habitacional degradado, esta é uma matéria que veio para ficar e necessita de aprofundamento e apoios", consideram os investigadores.

O estudo analisou 1.600 inquéritos a residentes em Portugal, maiores de 18 anos, estratificado por região, género e idade e tem 95% de intervalo de confiança. Decorreu entre 07 de novembro e 13 de dezembro de 2018.